



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Mandato 2021-2025**

**Ata n.º 3/2022**

**Sessão Extraordinária de 09 de março de 2022**

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e quatro minutos, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----  
**Lista de Presenças:**-----

-----  
**22 Deputados Municipais do PS-** Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1.ª secretária), Fernando Pereira Marques (2º secretário), Maria Esteves Ferreira Lourenço, José João David (em substituição de Carlos Manuel Pontes Costa), Ana Paula Neto Coelho dos Santos (em substituição Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de Pedro de Morais Lobo Martins Julião), Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Adriano Cabrita em substituição de António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Célia Simão em substituição Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

-----  
**8 Deputados Municipais do PSD-** Eleutério João Pedro Rocheta, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, Hélder Faísca (em substituição de João José Paixão Carvalho Ferreira), Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA-** Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

**1 Deputado Municipal do BE-** Maria Helena de Almeida Barão e Baião; -----

**1 Deputado Municipal do CDS-** António José Mendes Pinto Farrajota; -----

**1 Deputado Municipal da CDU-** Octávio José Santos Cordeiro (em substituição de Carla Sofia Osório Gomes); -----

**1 Deputada Municipal do PAN-** Ana Luísa Poeta Simões; -----

Estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a Vice Presidente, Ana Machado, e os Vereadores Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Inácio Machado (em substituição de Rui Cristina), Cláudio Lima (em substituição de João Paulo Sousa) e Fernando Santos.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

### Ordem de Trabalhos

**1- Intervenção do Público;**

**2- Período de Antes da Ordem do Dia;  
Aprovação de Atas**

**3-Período da Ordem do Dia:**

**a)- Proposta da Câmara Municipal n.º 379-2022- Deliberação** relativa ao **Estabelecimento de Medidas Preventivas (Matos da Picota), no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé**, e subsequente suspensão do PDM de Loulé em vigor, nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do RJIGT; -----

**b)- Proposta da Câmara Municipal n.º 438-2022- Deliberação** relativa ao **Acordo de Execução entre município de Loulé e Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**c)- Proposta da Câmara Municipal n.º 452-2022- Deliberação relativa ao Acordo de Cedência de Imóvel entre o município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve;** -----

**d)- Proposta da Câmara Municipal n.º 362-2022- Informação relativa à Renovação do estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira Nascente), no âmbito do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, em vigor, nos termos e para os efeitos constantes considerandos da Proposta, pelo prazo de um ano, prorrogável por mais um ano, (contado a partir do termo da data prevista no artigo 3.º do Regimento das medidas preventivas, anexo ao Aviso n.º 4889/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 53, de 17 de março), caducando com a entrada em vigor da revisão do PDM, para a área territorial delimitada na planta em anexo, em cumprimento dos n.ºs 1 e 2 do artigo 134.º conjugado com os n.ºs 1 e 5 do artigo 141.º, todos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT);**-----

**e)- Proposta da Câmara Municipal n.º 425-2022- Informação relativa às Declarações sobre pagamento/recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21/02 na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17/03;** -----

**f)- Proposta da Câmara Municipal n.º 468-2022- Deliberação relativa à Avaliação do cumprimento do RJRAN (regime jurídico da RAN) no Município de Loulé - relatório final homologado – igamaot, nos termos da alínea o) do n.º2 do artigo 35º da lei 35/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação;** -----

O **Presidente da Assembleia**, iniciou a Sessão saudando todos os presentes e o público em casa e proferindo: Vai-se dar início à nossa Assembleia Extraordinária, começa como sempre, pelas intervenções do público. Nós tivemos para esta assembleia, doze inscrições, sendo que um dos cidadãos que se inscreveu, após contacto da Assembleia, se apercebeu que o assunto que queria trazer, não tinha cabimento nesta Assembleia. Foi ele próprio que o concluiu. De qualquer maneira, foi lhe dito que, se quisesse, podia sempre vir. Era um assunto relacionado com o PDM. Tirando isso, temos onze inscrições. Temos trinta minutos. Aquilo que vamos



Handwritten signatures and a circular stamp in the top right corner.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ter que fazer, é condicionar cada intervenção a três minutos, mesmo assim já estamos a exceder o Regimento. De qualquer maneira penso que os três minutos, é o mínimo, para que as pessoas possam expor aquilo que as traz cá. No final da Assembleia, se efetivamente ficarem assuntos para resolver, poder-se-á deliberar mais um período para continuar o período de intervenção do público, mais quinze minutos. O Presidente da Assembleia agradecendo, passou a palavra ao público. ---

### 1- Intervenção do Público;-----

O cidadão **Artur Manuel Domingos**, cumprimentando a todos os presentes tomou a palavra dizendo: O assunto que me traz aqui hoje, é algo que me chegou às mãos, enquanto cidadão, que é precisamente a pretensão da demolição dum estaleiro, algo, que marca a memória de Quarteira. Eu vivendo em Quarteira, há muitos anos, mas sendo alguém, que já percorreu mais de cinquenta países, em todas as cidades, ou em praticamente todas, procuro a memória dessas cidades. E tem uma particularmente, na Alemanha, onde foi construído, pela câmara local, um centro de congressos, em cima de uma antiga fábrica. Existe uma parede, e existe lá dentro testemunhos, dentro desse centro. Eu nunca iria imaginar, que aquilo era uma fábrica, que empregou milhares de pessoas, e que foi destruída pela segunda guerra mundial. Portanto, eu acho que não precisamos de deixar, toda uma área envolvente, mas para mim deixa-me um pouco, digamos que, apreensivo. Como se pode quere apagar de uma terra toda uma memória? E enquanto viajante, por essas cidades, encontro e procuro, eu próprio, essas memórias. E não falamos só das grandes cidades. Portanto aquilo que eu peço é que possa refletir um pouco, porque muitas vezes, quem faz, e por experiência, quem faz os projetos, muitas vezes não tem conhecimento da realidade. Não tem conhecimento daquilo que se passa, das memórias, daquilo que as pessoas realmente vivem. Enquanto cidadão, eu gostaria de ver isso espelhado. Outro assunto muito rápido, porque depois disto, mais pessoas poderão falar, é a desorganização que acontece, permanentemente em Quarteira no trânsito. Eu tenho enviado, vários emails a esta Autarquia, denunciando situações, passados oito; nove; dez meses, continua igual. -----

O **Presidente da Assembleia** interveio dizendo: Senhor Artur Domingos, aquilo que eu o convido, é a regressar à próxima Assembleia, ou pôr essas questões por escrito, dirigi-las ao Presidente da Assembleia, que as encaminhará para a Câmara que a responde. Se conseguir fazer a suma de tudo aquilo que foi feito, que expôs e que não obteve resposta, envie que a Câmara, dará a resposta por escrito. -----

Retomou a palavra o cidadão, **Artur Manuel Domingos**, dizendo: Agradeço, enquanto cidadão acho que todos podemos dar a nossa parte, obrigado. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção e chamando a cidadã Isilda Guerreiro passou a palavra. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Tomando a palavra, a cidadã **Isilda Guerreiro**, agradecendo e cumprimentando a Mesa e todos os presentes e em casa disse: Venho na qualidade de cidadã, colocar duas preocupações. Uma preocupação é com esta chegada de pessoas refugiadas e todas as ajudas que isso implica, termos cá no local. Preocupa-me a situação do apoio que o Refood em Almancil tem. Neste momento, sabemos que está numa casa provisória. Sabemos que a casa definitiva, foi alvo de uma mobilidade, se é que o termo será o correto, para um local novo. No entanto, com o acréscimo, das famílias que eles ajudam em pleno COVID. E agora, imagino que será um grande acréscimo com o que aí vem, que já sabemos que estão a chegar, como é reconhecido, e a Câmara também tem estado a fazer o seu papel em ajudar. Preocupa-nos, porque sabemos que, eles não têm condições de espaço, na casa, supostamente nova, e provavelmente, estão limitados no espaço que é provisório. Sendo provisório e já estando lá há algum tempo, gostaria de saber, o que é que a Câmara e o seu Executivo, tem pensando fazer nesta área, para ajudar esta equipa que muito esforço faz, para dar a cabal ajuda em termos alimentares? Outra preocupação também, esta já não é a nível social. Tem a haver com uma preocupação orçamental, que é, sabemos por informação até do próprio senhorio, que o antigo posto da GNR, continua a ter a sua renda paga. Supostamente porque continua lá uma antena de comunicações, que ainda não foi retirada, para o posto da GNR de Almancil. Foi informação que foi feita chegar, porque não há condições para a poder retirar. Ou seja, há dois anos, que o posto novo esta a funcionar e muito bem. A pagar a renda durante dois anos, eu penso que isto, será uma verba que está a ser mal aproveitada, no meu entender e porque não se usou este espaço para fazer o edifício da Junta de Freguesia, que também está num espaço alugado, porque saiu do Centro de Saúde, para ampliar o Centro de saúde. Porque não se foi aproveitar este espaço, para fazer lá a Junta de Freguesia, já que a renda já estava a ser paga, e está a ser pago noutra espaço. Porque há cidadãos que gostavam de saber, quanto é que essa renda importa no Orçamento da Câmara? Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia**, agradecendo, deu a palavra ao cidadão Joel Belchior Silva. -----

Tomando a palavra, o cidadão **Joel Belchior Silva**, agradecendo e cumprimentando a todos proferiu: Hoje trago aqui questões, não para a câmara, não para Executivo, para o Senhor Presidente, aliás até tenho algumas questões a colocar à câmara, mas umas questões, que exigem uma resposta mais técnica, é claro que no final terá sempre uma componente política, mas o essencial é técnica. Portanto irei fazê-la chegar por mail. As questões que hoje, aqui trago, prendem-se com esta Câmara e com esta Assembleia Municipal. Em primeiro lugar, quero agradecer, estou aqui enquanto cidadão, não represento mais ninguém a não ser eu próprio. Estou aqui



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nesta qualidade de cidadão, relacionado com o tema da suspensão do PDM. Aquela lixeira que estava prevista para ser construída nos Matos da Picota, e dirijo-me a todos vós, deputados desta Câmara, a agradecer tudo aquilo que tem sido feito. Aliás, esta Assembleia, acabou por dar sustentação política àquilo que foi, um ato de cidadania, da minha parte e da parte de todos os cidadãos que se envolveram neste tema. Portanto, tendo em conta todo o trabalho desenvolvido, uns de uma maneira, outros de outra, com as posições que assumiram, com as moções que apresentaram, com as propostas feitas. Isso levou a que tenhamos chegado a este ponto. Este ponto ainda não é um ponto ótimo, e ainda tem aqui uma componente de incerteza. Aliás que eu já transmiti isto ao Senhor Presidente da Assembleia, por mail, e que venho aqui hoje, para reforçar essa ideia. Porque estou seriamente preocupado. Porque aquilo que nos foi sempre transmitido, quer pela Câmara, quer pela CCDR, foi que a suspensão do PDM só teria efeitos, e fosse publicada e entrasse em vigor até trinta e um de março de dois mil e vinte e dois, e tendo em conta a data de hoje, o tempo que se pode demorar para publicação. Isto pode, se não for publicado até dia trinta, podemos correr o risco de a suspensão não sortir efeito e da população ter que ser chamada novamente, para tomar outras medidas. O trabalho desenvolvido tem sido bom, dou os parabéns a todos, sei que o trabalho não tem sido fácil, aliás, e aqui falando na pessoa do Senhor Presidente, não é fácil iniciar um mandato com um tema destes, mas a verdade é que tem estado à altura e esperemos que até ao final, tudo corra bem sob pena disto ser invalidado e é por isso que venho cá, reforçar essa ideia. Estar a par do que se vai passar com a publicação, e certamente dentro de dias se não for publicado, eu irei enviar novamente um mail, dou já conta disso, para saber em que estado é que está a publicação. Para terminar, quero deixar aqui as assinaturas que têm sido recolhidas, o final. Já foram recolhidas cerca de duas mil, não sei o número ao certo, mas, o que é certo é que trago aqui mais cento e setenta e duas, para finalizar este processo do abaixo assinado da recolha das assinaturas. Peço o favor de alguém que entregue ao Senhor Presidente, muito obrigado. -----

-----  
**O Presidente da Assembleia**, agradeceu e deu a palavra ao cidadão Bruno Pereira. -----

-----  
O cidadão **Bruno Pereira**, saudando a Mesa e todos os presentes, tomou a palavra dizendo: Sou residente em Quarteira e venho aqui falar sobre o Passeio das Dunas, das obras que se fizeram lá e do Parque Street Workout. Eu desde sempre estive envolvido e ligado ao desporto. Treino muito e estive envolvido em muitos exercícios no Street Workout, que é um parque que representa Quarteira, como um ponto turístico e desportivo, porque nós tivemos atletas e eventos ligados ao desporto. Existem vários atletas e inclusive youtuber's por toda a parte do mundo, que fazem vídeos no parque. O Parque devia ter maior divulgação desportiva a nível digital em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quarteira. Em primeiro lugar, eu acho que o Passeio das Dunas, é um ponto de acesso muito importante, entre Quarteira e Vilamoura. O problema aqui não é o Passeio. Pois acho que o Passeio representa bem, quem mora em Quarteira. Portanto aquilo eram dunas e como está, representa bem e encaixa com a paisagem. O Problema é a segurança. Ninguém em Quarteira se sente seguro em Quarteira à noite. É um passeio de transição entre Quarteira e Vilamoura, passam centenas de turistas e à noite não passam lá o mesmo número de turistas, passam muito poucos. Porque não se sentem seguros com a escuridão e falta de iluminação. Porque muitos dos postes estão desligados, provavelmente por falta de manutenção, mas a verdade é que muitos postes estão desligados. O segundo ponto é o Parque em si, a única coisa que falta ali é iluminação. Porque depois das seis da tarde é impossível treinar e à noite, não por quem utiliza o parque, que até o utilizam bem, mas de verão, aquele parque torna-se um lugar onde os turistas vão beber álcool e durante o dia estão crianças lá a brincar com vidros. Porque o parque também serve de ponto de convívio entre pais e filhos e que lá vão passear. Mas há falta de iluminação, e faltam lá os dois postes conforme o projeto. A última questão que tenho é em relação ao Estaleiro do Mestre Casinhas. Não percebo as vossas razões para deitarem abaixo, um estaleiro que representa um ponto histórico de Quarteira. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** pedindo desculpas, dizendo que o tempo de intervenção tinha terminado, e que o Executivo iria responder a essa questão visto que a mesma já tinha sido levantada. Agradecendo passou a palavra ao cidadão João Miguel Campo Cabral Silva. -----

O cidadão **João Miguel Campo Cabral Silva**, tomou a palavra saudando a Mesa e todos os presentes e dizendo: Eu realmente fiz o pedido de intervenção, para na eventualidade de haver a necessidade de expor um assunto, que penso que irá ser discutido por outros munícipes aqui. O que se não acontecer peço que dê pelo menos para me inteirar em relação a alguma situação relacionado com a antena de comunicações na aldeia de Benafim. -----

Agradecendo, o **Presidente da Assembleia**, passou a palavra à cidadã Carina Isabel Borges Sousa. -----

Saudando a Mesa, a cidadã, **Carina Isabel Borges Sousa**, tomou a palavra dizendo: O meu nome é Carina, e venho da aldeia de Benafim e estou aqui hoje, trouxe uma imagem de esta antena que foi lá colocada na passada sexta-feira, dia quatro de março, não sei se conseguem ver por trás, é a Rocha da Pena, o nosso famoso Geoparque e é isto que temos lá desde dia quatro de março. Esta história poderia começar como uma bela manhã de sexta-feira, mas não, começou dois



*Handwritten signatures and a circular stamp in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

anos antes, em fevereiro de dois mil e vinte, onde foi colocada outra antena neste mesmo local, que ninguém sabia bem para o que era. Perguntamos a várias pessoas, inclusive à Câmara Municipal de Loulé, a quem enviei um email, dia três de março e a Junta de Freguesia também fez o mesmo, e apenas recebi a resposta seis meses depois. Mas, entretanto, a população fez um baixo assinado, com cento e noventa e oito assinaturas, tendo em conta que em Benafim habitam neste momento cerca de duzentas e cinquenta pessoas, portanto estão a ver as dúvidas que as pessoas têm. Contactamos também a ANACOM, já que não obtínhamos resposta de lado nenhum, que disse que nos disse que não tinha que informar os munícipes e que tinha tudo controlado a nível de estudos. Pois muito bem, o que nós queremos saber é, que estudos são esses? Porque é que a população, nunca teve direito a ser esclarecida? Porque é que o parecer técnico, não explica o porquê da localização daquela antena exatamente no meio das casas, porquê ali e não a duzentos ou trezentos metros mais à frente, onde não há qualquer habitação? Para além do mais, há outras zonas, que tem falta de cobertura de rede, e que continuam sem essa mesma cobertura? A população de Benafim não é contra avanços tecnológicos nem nada disso, apenas temos o direito de saber o porquê da localização, naquele sítio. Porque, para além da desvalorização dos terrenos ali à volta, onde o PDM supostamente, vai avançar para desenvolver a região do interior, há um impacto de saúde, cujos estudos não conhecemos, e ninguém sabe que estudos são esses. Portanto, nós queremos perguntar à Assembleia e ao Presidente, que benefícios é que podemos retirar para a terra, mantendo lá a antena? Eu só quero dizer que isto é a casa dos meus pais (*mostrando uma imagem da mesma*), e neste momento a antena, é o que tenho como vista da casa dos meus pais. Há uma semana isto valia uns bons milhares de euros e hoje, não sei quanto é que valerá. Falo eu e fala toda a aldeia, acho que à frente dos interesses económicos, tem que haver o interesse das populações e do desenvolvimento do interior. E não estou a ver o benefício disto, e se houver um técnico que possa explicar. E gostava que a Câmara e todo o Executivo, apoiassem a população no esclarecimento disto. E terminando agradeceu. -----

-----  
**O Presidente da Assembleia** agradeceu e passou novamente a palavra ao cidadão João Miguel Campos Cabral Silva. -----

-----  
O cidadão **João Miguel Campos Cabral Silva**, retomando a palavra, saudou a todos novamente dizendo: E pronto, daí a razão, de ter pedido adiar a minha intervenção, tem a ver com este assunto, porque estou no fundo a representar a Quinta do Freixo. Este assunto tem interesse para nós, e a minha intervenção te a ver com várias questões relacionadas com o mesmo. Uma tem a ver com o assunto abordado pela minha conterrânea, Carina. E sendo solidário, nunca compreendi, e a minha posição é esta, sabendo que há resistência da população, quando toca a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

antena de telecomunicações. Numa zona que tem muito espaço. Quais são as decisões que levam à colocação das ditas antenas, no meio das localidades? As antenas fazem falta, são um mal necessário, hoje em dia, nós não podemos, quere ter telecomunicações, internet, etc..., e não termos antenas, não há dúvida, isso é um facto. Os males que advém de as ter perto das casas, como referiu a Carina, seja estético, seja de saúde, mais ou menos graves, é uma coisa um pouco subjetiva. Mas há muito tempo, que são discutidas essas questões. No que toca ao nosso caso, a Quinta do Freixo, propriamente dita, eu tentava inteirar-me no fundo, aqui nesta assembleia, de quais são as intenções do Executivo, para a eterna falta de redes moveis, mais para trás que Benafim? Porque, Benafim dá qualquer coisa, não é o ideal, mas para trás então é que não há nada. Essencialmente eram estas as questões que eu queria colocar. Passando a palavra, agradeceu a todos. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu e disse: Nós temos ainda cerca de nove minutos do período do público, pergunto se alguma das pessoas que não entreviu, ou pessoas que não estavam inscritas e que queiram intervir, ou daquelas que não conseguiram acabar as suas exposições, se mais alguém pretende usar da palavra. Agradecendo passou a palavra ao cidadão, José Ramalho. -----

Saudando a todos tomou a palavra o cidadão **José Ramalho**, dizendo: A minha intervenção, prende-se com um ponto de interesse, que tive conhecimento relativamente, ao estaleiro do Mestre Casinhas em Quarteira. Sou técnico de turismo, e visto que é uma área que me é sensível. Uma vez que Quarteira tem pouco de típico a não ser o betão, e sabendo que a Câmara se prepara para prolongar o Passeio das Dunas e demolir toda aquela zona, a minha questão vai no sentido de saber, até que ponto a Câmara teria abertura de preservar aquele espaço. É um espaço, que tanto quanto sei está a fazer cerca de cem anos, desde que a atividade no estaleiro começou nos anos trinta do seculo passado. É uma zona agora abandonada e é obvio que é uma zona feia. E era sobretudo isso, uma zona que precisa de ser remodelada e atraente para quem visita Quarteira. E sobretudo para quem mora em Quarteira, também tem o direito de ter, um polo cultural, etnográfico, porque faz parte da etnografia de Quarteira e da história dos moradores e de toda aquela gente. Sabendo também que, o edifício que alberga, a exposição dos seis mil anos de Quarteira, também vai ter que ser mudado de sitio, a minha pergunta era, até que ponto é que não se pode criar de certa forma um museu, que consiga abranger toda esta zona. E é sobretudo este foco, porque acho que é mesmo importante, Quarteira não tem nada, como disse a não ser o betão e quem visita Quarteira e aquele espaço, acha que merecia ser preservado. Dou com exemplo, há cerca de dezoito a vinte anos, as salinas de Rio Maior, tem aquelas casotas de madeira, toda a gente queria demolir aquilo, hoje tornou-se num polo turístico, cheio todos os dias, com eventos durante todo o ano. Há sempre uma



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

esplanada, há sempre atividades a acontecer, e o mesmo poderia ser feito por aquela zona em Quarteira. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo pela intervenção, tomou a palavra, dizendo: Eu tinha perguntado se as pessoas do público, e visto que ainda temos mais oito minutos, se mais alguém pretende intervir. Passou novamente a palavra ao cidadão Artur Manuel Domingos. -----

O cidadão **Artur Manuel Domingos**, tomado a palavra novamente, disse: Ora bem, eu estava, no primeiro momento a trazer uma situação aqui, para esta Autarquia, que me preocupa verdadeiramente, e volto a referir, o que disse de princípio, a organização do trânsito. Em Quarteira é normal, pessoas colocarem à sua porta, uma placa com o artigo.50 Estacionamento Proibido, a menos que seja a sua viatura, inclusive ameaças se alguém lhes disser que esse artigo do código estrada não existe. Outras pessoas que compram motorizadas e estacionam no passeio, vão embora durante todo o dia, ao final do dia regressam nas suas viaturas, retiram a motorizada para dentro de casa e estacionam a viatura nesse lugar. E fazem isso repetidamente. Outra, são as viaturas abandonadas, que ao fim de meses, continuam lá. Retiraram agora uma, que eu dou agora os parabéns. Que inclusive, andaram a pintar os estacionamentos, não mexeram nas viaturas, já pintaram isto antes das eleições, talvez tenha a ver com a campanha eleitoral, mas ficou lá marcado, está em falta o espaço. Portanto, eu encontrei cerca de quarenta viaturas naquele caminho, abandonadas! Em Loulé fiz o mesmo exercício e não encontrei tantas. Encontrei uma ou duas. Agora pintaram um local, para estacionamento das motoretas, mas ninguém estaciona lá. A GNR diz que não é com eles, ninguém pode fazer nada. Portanto eu também quero, autorização, mas eu quero autorização para ter dois lugares de estacionamento, para estacionar duas motorizadas. Porque eu vou comprar duas. Portanto, é uma vergonha e nós não podemos ser coniventes com isto. Todos os munícipes têm os mesmos direitos. Proibido parar e Estacionar, artigo 50 do código da estrada, é só para alguns. Tem inclusive quem escreveu no Facebook a dizer “Eu sou dono do estacionamento, a Câmara é que não me deu”. Portanto meus amigos deixo-vos aqui isto, é uma vergonha para a nossa cidade. ----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo ao cidadão Artur Domingos, passou a palavra ao cidadão João Miguel Campo Cabral Silva. -----

O cidadão, **João Miguel Campo Cabral Silva**, retomando a palavra, acrescentou: A Quinta do Freixo, caso haja iniciativa da Câmara ou vontade do algum operador, de que o Executivo tenha conhecimento, de haver instalação de torres de telecomunicações, no interior do concelho, a Quinta do Freixo, disponibiliza-se para arranjar local para a instalação da mesma. Isto porque, não só pelo nosso benefício,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

porque nós precisamos, é como eu disse há pouco, é um mal necessário hoje em dia, quer se goste ou não das antenas. Mas acho que também temos condições, para encontrar uma localização, os técnicos depois, faram esse trabalho. Onde não só nós seremos os beneficiados, como toda uma zona muito próxima, que há para quem conhece bem a região, aqueles vales do Sobradinho, Sarnadas da Soalheira inclusive Barrosas, que ficariam provavelmente cobertas com telecomunicações nesses locais, mas quem sou eu para definir que essa é a melhor solução técnica, penso que ficaríamos muito melhor do que agora. Se houver essa vontade ou intenção, estaremos à disposição. -----

-----  
**O Presidente da Assembleia**, agradecendo, informou: Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão levantada por Joel Belchior Silva, a Mesa e a Assembleia acompanham as preocupações da população e da Associação. De qualquer maneira, na sequência dos contactos que tivemos, eu articulei com a Câmara Municipal e coloquei a questão da sua preocupação do tempo estar muito curto, e as datas que me informou que já tinha acontecido ir até aos vinte dias por publicação, é nos casos em que não é pedida a publicação urgente. Sendo pedida a publicação urgente, que é aquilo que o Executivo já se comprometeu a fazer, os prazos serão, dois, três, no máximo quatro dias. Portanto penso que estaremos tranquilos, no que diz respeito à conclusão deste processo, sem sobressaltos. Concluindo, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Vereador Abílio Sousa. -----

-----  
**O Vereador Abílio Sousa**, agradecendo e saudando a todos tomou a palavra dizendo: Em relação à intervenção da munícipe, Isilda Guerreiro, queria esclarece-la que a Refood, hoje, só funciona e está a prestar aquele excelente serviço em Almancil, porque foi graças a esta Câmara, que criou as condições que hoje têm, porque, não existiam. Foi através do Orçamento Participativo, que foi criada daquela estrutura em madeira, mas nunca foi feito com um intuito definitivo. Aquele espaço, era um espaço reservado para a construção do Pavilhão Multiusos de Almancil, e assim que entrou em execução, encontramos um espaço alternativo, mas que não é definitivo, e aquele serviço sempre funcionou. Agora, com a colocação de contentores, criamos maior dimensão para prestar um melhor serviço, a quem dele necessita, mas deve-se muito a este Executivo. Porque até hoje, não existiam aquelas infraestruturas. E devo-lhe dizer que, até de Faro vêm ali receber o apoio. Gostaria também de dar aqui um pequeno esclarecimento, em relação à intervenção do senhor Bruno Pereira. Quero dizer que em relação à iluminação pública, no Passeio das Dunas, está a decorrer um procedimento para que, seja feito o reforço do dito Passeio das Dunas, e que irá melhorar bastante para quem circula e em estado de segurança. Em relação ao senho Artur Domingos, também devo-lhe dizer que a forma com expressou, dizendo que é uma vergonha, mas, o que é certo é que



*[Handwritten signatures and initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

este Executivo, tem feito bastante para o estacionamento, ou seja, já criou estacionamentos que não existiam em Quarteira. Como é o caso do estacionamento nas traseiras da Junta de Freguesia. Em coordenação com a Junta de Freguesia tem cooperado, no sentido de alterar os sentidos de trânsito nas ruas, para que se possa criar condições, para em algumas ruas passar a sentido único. Dar alguma segurança a quem circula nos passeios, e de alguma forma disciplinar, que foi aquilo que aconteceu nessa dita rua de que falou. Calhou a ser numa altura de eleições, mas as coisas são assim. Nós somos políticos e as coisas tem que decorrer e não podem parar. Em relação aos maus estacionamentos, já é uma competência da GNR e que nos ultrapassa. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, agradeceu e passou a palavra ao Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo**, saudando o Presidente da Assembleia e todos os presentes tomou a palavra dizendo: Muito rapidamente, para responder à questão da senhora Isilda Guerreiro, referente à antena que está ainda nas antigas instalações da GNR em Almancil. De facto, a Câmara ainda está a suporta essa renda, porque essa antena ainda está a funcionar, e temos informação que a mesma está a ser preparada a sua deslocalização para as novas instalações da GNR. Sendo essa competência da Secretaria de Estado da Administração Interna. A Câmara Municipal tem estado a acompanhar e a pressionar, se podemos assim dizer, para que essa situação seja resolvida. Porque, como disse e bem, o quartel já está a funcionar há algum tempo, mas a GNR não podia ficar sem as comunicações, SIRESP que aí estão. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, agradeceu, passando a palavra à Vereadora Marilyn Zacarias. -----

-----  
A **Vereadora Marilyn Zacarias** saudando o Presidente da Assembleia e todos os presentes tomou a palavra e esclareceu: Só um breve esclarecimento, com respeito às viaturas abandonadas. Sendo da minha responsabilidade a fiscalização, informar-vos que por exemplo, a nível e já que se referiu a Quarteira, nós temos cento e setenta e três reclamações, das quais dezassete já foram levantadas e estão no nosso parque, e cento e cinquenta foram removidas pelos proprietários. Explicar-vos que nós agradecemos que nos informem também, para que possamos proceder com a fiscalização destas viaturas que se encontrem abandonadas. Nós temos uma capacidade de duzentas e vinte e três viaturas no nosso parque. Neste momento temos duzentas e vinte e uma. Não se conseguem levantar todas as viaturas, porque muitas delas têm penhoras no tribunal. E sem ser o tribunal a levantar, nós não as podemos levantar desse espaço. Quanto a este ano, já foi a reunião de Câmara, já se conseguiram levantar dez viaturas e vão se levantar mais dez com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

empresa que faz este levantamento das viaturas. Sempre que somos informados, temos que respeitar o procedimento, que é, colocar o aviso e deixar passar os dez dias. Não havendo reclamação, podemos então fazer o levantamento da mesma. Agradecemos, e já que o senhor diz que existem quarenta viaturas identificadas, pode sempre enviar um email, à Divisão de Fiscalização, dirigido ao Senhor Presidente e nós faremos o seguimento das mesmas. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra, passou a ao Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Câmara**, agradecendo e saudando todos, tomou a palavra e passou a responder: Passo a responder, a todas as questões que aqui foram colocadas. Primeiro, sobre o estaleiro. Eu tinha dita que precisaria de algum tempo, para colher avaliações, opiniões tecnicamente fundamentadas e com origens em instâncias da Administração Pública Regional, ou outras, onde funcionam espaços museológicos. E neste momento, o que tenho para vos dizer, é que apenas recebi uma opinião por enquanto, e falta-me ainda a opinião da Direção Regional de Cultura. De qualquer maneira, quero dizer e reafirmar aqui, que é a nossa opinião e que é corroborada, por uma que já nos chegou, é que, o que se encontra naquele espaço são ruínas. E que não tem o valor suficiente para que se possa, a partir dali, como foi sugerido aqui por um cidadão, reconstruir a memória daquele lugar, com um edifício, com outra funcionalidade qualquer, como foi aqui dito que fizeram a partir de uma fábrica, um museu. Não tem de facto esse potencial. O que tem, e que me foi trazido, pelo Leader de Bancada do PSD, alguns pequenos valores, apontamentos, desenhos, moldes para fabrico das embarcações que foram durante anos ali fabricadas, um passaporte do senhor José Casinha e pouco mais. Todos esses digamos “entes”, desculpem o palavrão, mas não me ocorre outra, todos esses “entes” físicos de valor patrimonial que tem a haver com aquele lugar, nos comprometemo-nos, cataloga-los, caracterizá-los e guarda-los com todos os requisitos e exigências técnicas. Para que um dia, esperemos que não venha longe, quando tivermos um museu em Quarteira, eles possam ser lá colocados. Mas isso são restos, vestígios, coisa que nos foram trazidas, de que nós desconhecíamos. Aliás, peço alguma ponderação, quando dizem que queremos cometer aqui algum erro, que não valorizamos o património, não. Se existe um Executivo que valoriza o património, todo ele, mas muito particularmente em Quarteira, dadas as suas características urbanas, foi uma terra que sofreu muito com a urbanização, a partir dos anos sessenta, com a vinda do turismo. Mas se há Executivo que tem procurado nos últimos anos, preservar a memória e o património de Quarteira, é este. Não é outro. Portanto quando se facilmente diz que nós vamos cometer um crime contra o património, ou um erro, eu peço que sejam prudentes, e que tenham em consideração aquela que tem sido a prática concreta deste Executivo, relativamente à salvaguarda do património das populações de Quarteira. Nós compramos o casino velho, um edifício com grande valor patrimonial, e vamos abrir concurso para a sua



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

recuperação. Não fomos nós que decidimos demolir os tanques, um equipamento comunitário, em Quarteira. Esse sim, de enorme valor patrimonial, posso vos garantir senhores Deputados que não foi este Executivo, nem de nenhum Executivo da cor política que democraticamente aqui represento, por escolha dos eleitores. Não partiu daqui tal iniciativa. E mais, partiu uma iniciativa de organizar uma exposição de seis mil anos de história, que é uma surpresa para todos, e para toda a população do país e de Quarteira também, e até nós no concelho, ninguém sabia que Quarteira tinha tanto património. E curiosamente vejam bem, o vosso Líder de Bancada, com quem falei, numa conversa cordata e muito correta e elevada, mas que fazia parte da comissão da organização dessa exposição, não nos trouxe nenhum daqueles achados, que me mostrou numa reunião que tivemos há cerca de dez dias. Isto é estranho, não é? Podia lá estar aquele património, ali exposto naquela exposição, Seis Mil Anos de História. Eu lamento, provavelmente esqueceu-se, ou não pensou bem. Bom todos nós erramos, mas quanto a uma coisa, temos todos que concordar, é que este Executivo está preparado para aquilo que o João Santos, me trouxe, tratar devidamente, guardar e um dia utilizar para um museu de Quarteira. E daquilo que ali está, de acordo com a informação de que nós dispomos de especialistas, mas falta-me a mais importante que é da Direção Regional da Cultura, não tem de facto valor para, a partir dali, reconstituir o que quer que seja. Nós precisamos de fazer um largo, bonito, com qualidade, para a cidade de Quarteira, que está neste momento numa boa fase, a crescer, a ganhar qualidade e a atrair turistas e precisamos daquele espaço, para abrir aquela frente de mar. Esta é a nossa opção, podemos sempre discordar, mas se eu ou o meu Executivo entendesse que havia ali motivo suficiente, pequena que fosse, para reabilitar aquele edifício, meus caríssimos concidadãos de Quarteira, agradeço muito a vossa presença, se nós entendêssemos isso, seríamos os primeiros. Porque temos provas dadas neste capítulo, em matéria de património, talvez não haja no país, um Executivo Municipal em Portugal, que tanto tenha feito pela preservação do património, como este ao qual tenho a honra de presidir. E o mesmo teria feito em Quarteira, como já temos feito, e como vamos continuar a fazer, e as provas estão à vista. Depois, eu acho que o Senhor Presidente, relativamente à publicação em Diário da República, das medidas preventivas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez o favor de esclarecer o cidadão Joel Belchior, pelo que eu me coibo de acrescentar o que quer que seja, publicação com urgência, estamos perfeitamente à vontade. Portanto, podem as pessoas daquela área, e eu ficar tranquilas. Relativamente a outro assunto, que aqui foi trazido, e com isto vou terminar, que é a antena de transmissão em Benafim. Pedido de instalação de antenas das operadoras de redes móveis de comunicações, são corriqueiras na Câmara Municipal de Loulé. Há até uma legislação própria, que facilita muito e é até um processo muito rápido. As operadoras o que é que fazem, encontram quem negoceie com eles. Pode ser um terreno, o topo de um edifício, como nós temos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aqui em Loulé, e como existe em muitas cidades do nosso país, no topo de um edifício alto, lá está uma antena, e que existe em muitos lugares. Em Benafim, alguém, com desconhecimento total da Câmara, contratou uma empresa, neste caso com a empresa NOS, contratou e alugou aquele espaço. Nós não temos que saber disso, e faz um processo de licenciamento, que a Câmara, porque estava de acordo com a lei, aprovou. Esta é a situação é verdade, não diga que não, porque eu sei daquilo que estou a falar. Agora, eu sou sensível à preocupação das pessoas, elas dizem nós temos o direito de não gostar de ter aquilo aqui. Eu agradeço muito o contributo do senhor João Silva, que já se dispôs a oferecer um lugar onde possa ser instalada uma antena, para resolver o problema. Eu próprio também tenho uma alternativa, nem sabia que a Câmara de Loulé adquiriu, um terreno com cerca de onze hectares em Benafim, e também pode ir para lá. Se os cidadãos quiserem, predisponho-me a ajudar. Falem com eles, a Câmara está aqui para ajudar a arranjar uma outra localização. Vou terminar com uma excelente notícia, nós tínhamos dito, já há anos que, era um dos nossos principais objetivos, para o desenvolvimento do interior, que era a cobertura perto do cem por cento, de todo o interior do concelho de Loulé. Portanto, existem enormes zonas de penumbra, onde vivem muitas pessoas que estão privadas de um direito elementar que é o direito a comunicar. É um direito elementar. Mas não somos só nós, existe no país todo, existe até em França, que é um país muito evoluído, mas até aí, existem muitas zonas desse país onde também não existe rede de comunicações. É só para que não fiquem a pensar, que isto é um exclusivo aqui nosso. Esta informação é importante que seja dada. Nós abrimos um concurso, porque tínhamos um objetivo. Essa foi adjudicada, à empresa que curiosamente é a mesma, à NOS, foi adjudicado os trabalhos, para a cobertura digital de todo o interior do concelho de Loulé. Porque esse vai ser o principal fator de desenvolvimento do interior do Concelho de Loulé, com acesso a comunicações rápidas de internet. Como sempre acontece em Portugal, os outros concorrentes recorrem, os processos vão para tribunal, foi para tribunal uma vez e o tribunal deu razão à Câmara de Loulé. Recorreram para outra instância dos tribunais, e a outra instância voltou a dar razão à Câmara de Loulé. E hoje precisamente, chegou nos hoje a noticia, que a partir de agora, não temos mais nenhum obstáculo burocrático a dizer à NOS que pode entrar no terreno, e que pode começar a trabalhar, porque nós vamos cobrir na ordem dos 90 por cento, espero eu que seja os cem por cento se possível, todo o interior do concelho de Loulé, com uma rede de cobertura digital. Eu orgulho-me muito disto, sabem porquê? Porque, isto não existe no país. Há municípios, que querem saber qual foi a solução que nós encontramos, e o que é que fizemos para encontrar uma solução para estas pessoas isoladas. E nós encontramos, e de certeza que o exemplo que vamos aplicar aqui em Loulé, vai ser reproduzido em muitas zonas de Portugal. Fomos politicamente não administrativos, mas fomos politicamente criativos. E foi isso que nos permitiu, encontrar uma solução, e posso vos dar aqui esta noite esta excelente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

notícia. Portanto não podia aparecer esse problema em contexto, mais adequado para se ter esta conversa. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra, agradeceu e disse: Terminamos assim o período da ordem do Público... Tendo sido interrompido, pelo Deputado João Carlos Dias dos Santos, do PSD, que pediu a defesa da honra, relativamente à intervenção do Presidente da Câmara. Foram-lhe dados dois minutos pelo Presidente da Assembleia: -----

O Deputado **João Carlos Dias dos Santos, do PSD** agradecendo defendeu a sua honra dizendo: De facto esta questão relativa ao estaleiro do Mestre Casinhas, é importante também, que me seja dado a oportunidade, de me poder defender, relativamente àquilo, que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, que foi numa conversa entre nós os dois, em que lhe apresentei evidências palpáveis, evidências históricas, documentos, que só por si davam uma exposição, mas pronto, o seu entendimento é completamente diferente. Mas antes de chegar aí, dizer que Senhor Presidente, tem que dizer a verdade. Não pode ludibriar aqui esta Assembleia. O Executivo Socialista, nunca destruiu, fosse o que fosse em Quarteira, a nível do seu património? Nós temos consciência, nós fazemos a nossa catarse, temos consciência que os tanques eram valiosos. Não foi, não houve a melhor visão nessa altura, mas os Senhores do Executivo do Partido Socialista também destruíram a esplanada Quarteirense, que também era querida para os Quarteirenses. Por isso Senhor Presidente, tem que ter atenção também quando fala assim desta forma. Outra situação, O Senhor, ou melhor o seu Executivo, engloba na ARU o centro histórico de Quarteira, a zona relativa ao estaleiro do Mestre Casinhas, e a outra zona também que é tida como o núcleo do mar e da pesca que existe em Quarteira. -----

O **Presidente da Assembleia**, pedindo desculpas interrompeu e disse ao Deputado João Carlos Dias dos Santos, que se estava a fugir da defesa da honra e sugeriu que, visto que estávamos a entrar no Período antes da Ordem do Dia e visto que é permitido trazer assunto relativos ao interesse do município, que retorne esse assunto no Período antes da Ordem do Dia. -----

O Deputado **João Carlos Dias dos Santos, do PSD**, solicitou permissão para fundamentar o que estava a dizer. Foram autorizados trinta segundos, pelo Presidente da Assembleia. O Deputado João Santos continuou dizendo: Senhor Presidente, se não entreguei espolio nessa altura, para a Exposição dos seis mil anos de Quarteira, foi porque também não me foi solicitado. E vou lhe dizer outra coisa Senhor Presidente, tudo aquilo que me foi solicitado pelos serviços da Câmara Municipal Loulé, da Divisão de Gestão de História e Museus, eu cumpri com tudo o que me foi solicitado. Só não consegui, foi estar presente em algumas reuniões.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Porque as vicissitudes da minha vida não permitiram, mas tudo o que foi solicitado pelos serviços, eu cumpri. -----

### **2- Período de Antes da Ordem do Dia;** -----

O **Presidente da Assembleia**, e após a defesa da honra do Deputado João Santos, retomando a palavra continuou: Terminado o Período de Intervenção do Público, passamos de seguida ao Período antes da ordem do dia, cuja tramitação no nosso regimento, passa em primeiro lugar pela aprovação de atas. Antes disso vamos proceder à chamada dos deputados, os deputados estão cá todos, mas como há substitutos vamos proceder à chamada nominal. O Presidente da Assembleia agradecendo passou a palavra à Primeira Secretária Joana Guerreiro da Conceição.

A Primeira A Primeira Secretária **Joana Guerreiro da Conceição**, agradecendo e saudando a todos procedeu à chamada dos deputados. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra informou: Foi enviada a todos os deputados, a Ata n.º4 com pedidos de sugestão de alteração, não foram recebidos nenhum, pelo que pressupomos a concordância sobre a redação da mesma. De qualquer maneira, se alguém pretender, neste momento proceder a alguma alteração, é uma questão de o comunicar. Não havendo passamos á votação: -----

### **Passou-se à votação;** -----

A **Ata n.º4** , foi aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da Assembleia** continuou: Leitura dos pedidos de informação, aos esclarecimentos e respetivas respostas tenham sido formulados nos intervalos das sessões. Relativamente às questões levantadas, pelo Deputado Municipal dos PSD João de Carvalho Ferreira. O mesmo foi convidado na anterior Assembleia a colocá-las por escrito. Elas foram colocadas por escrito e foram respondidas pelo Executivo Municipal e difundidas por todos vós, pelo que me dispense da leitura das mesmas. O mesmo se passando com um pedido de informação do senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Carlos Martins, relativamente à Proposta 362, da Renovação do Estabelecimento das Medidas Preventivas, que também já foi respondido pela Câmara Municipal e que também é de conhecimento de todos vós. Uma palavra ao Executivo, pela celeridade com que os pedidos dos senhores Deputados tem estado a ser satisfeitos. -----

Entrando nas moções, quero vos dizer que foram recebidas moções de vários Grupos Parlamentares sobre a questão da Ucrânia, e que após articulação entre os vários Grupos Municipais, chegou-se a uma versão de consenso único, que vou



Handwritten signatures and a blue circular stamp in the top right corner.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

passar a ler e que é uma Moção de todos subscritas por todos os Grupos Municipais desta Assembleia. (Documento anexo à Ata) -----

**Passou-se à votação;** -----

A **Moção** que **APELA AO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA** subscrita por todos os Grupos Parlamentares desta Assembleia (PS; PSD; CHEGA; BE; CDS; CDU e PAN), foi **aprovada por unanimidade** -----

**Passou-se ao cumprimento de um minuto de Silêncio**, pelas vitimas da Guerra na Ucrânia. -----

Cumprido o minuto de silêncio, o **Presidente da Assembleia** tomando a palavra disse: Eu proponho que terminemos, com uma salva de palmas, à resistência do povo Ucrâniano. -----

A resistência Ucrâniana, foi **aplaudida** por todos os Deputados. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia**, continuou dizendo: Temos seguidamente, duas moções sobre o Dia Internacional da Mulher, a primeira apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Passou a palavra à Deputada Maria Helena Baião. -----

Agradecendo e saudando a todos, a Deputada **Maria Helena Baião**, do BE, tomou a palavra dizendo: Eu gostaria de testemunhar, que o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista, entenderam fundir numa única Moção, o conteúdo das duas moções sobre o Dia Internacional da Mulher. Esse trabalho foi executado pela Senhora Deputada Maria Esteves e vai ser lida pelo Deputado Marco Ferreira. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra, informou a todos que a Moção pelo Dia Internacional da Mulher, ia passar a ser lida pelo Deputado Marco Ferreira do PS. -----

O **Deputado Marco Ferreira**, saudando a todos passou à leitura da Moção Dia oito de março, Dia Internacional da Mulher (Documento que se anexa à Ata). -----

Agradecendo, o **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra dizendo: Estão abertas as intervenções, a quem se quiser prenciar sobre a Moção e passou a palavra à Deputada Sandra Castro do CHEGA. -----

A Deputada Sandra Castro do CHEGA, tomando a palavra disse: Esta Moção, na



*[Handwritten signature]*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

minha opinião, tem muitos assunto misturados, que não só a ver com o Dia Internacional da Mulher. Estes assuntos todos, em que falam aqui, não devem ser discutidos aqui, muito menos nesta Assembleia, sobre o tema Dia Internacional da Mulher. Vocês misturam, para votarmos, em moções sobre alterações climáticas, desenvolvimento sustentado, igualdade de género e a guerra da Ucrânia. Porque esta Moção, acaba por focar, todos estes aspetos. E acho que não é uma boa estratégia, aproveitar esta Moção do Dia Internacional da Mulher, para focar todos esse aspeto, que não são relacionados com o tema em si. Independentemente disso, há aqui uma situação nas vossas moções que nós queríamos que explicassem. Nomeadamente no parágrafo que diz: Este ano, sobre o lema igualdade de género, hoje por um amanhã sustentável, as mulheres e as alterações climáticas. Que relação é que vocês fazem com isto? E também há outra questão, relativamente a outra frase que vocês utilizam quando dizem: O direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos e a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais? Esclarecimentos em relação a isto. O que é que pretendem dizer com isto, no fundo? -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra, e passou-a à Deputada Maria Helena Baião do BE. -----

A Deputada **Maria Helena Baião** do BE, agradecendo a pergunta da Deputada Sandra Castro do CHEGA, passou a responder dizendo: É evidente que uma Moção que é a fusão de duas moções, deixa de ser uma e deixa de ser a outra e passa a ser uma terceira, que é o conjunto das duas. E, portanto, estarmos a discutir parágrafos, de uma ou de outra é um pouco difícil. No sentido em que, nós não conseguimos, uma vez que nós fizemos aqui nesta Assembleia Municipal, Não conseguimos imprimir um documento final que nos permita dar resposta cabal às suas questões. De qualquer maneira, na parte em que o BE pode ajudar, porque há uma pergunta que nitidamente vem da Moção original do BE, e que tem a ver com a questão da interrupção da gravidez, sem pressões e ainda a parte da decisão que foi tomada a nível dos tribunais, da não penhora, da casa da família, na questão das famílias monoparentais. Quando a casa está em risco de penhora, mas a família também fica em risco. Eu acho que isso são temas centrais, na celebração do Dia Internacional da Mulher. Portanto, isto já vinha da nossa Moção. Fazia sentido, se calhar num terminado contexto, agora pedimos desculpa se fica um pouco, à solta, mas na realidade tinha tudo a ver com a celebração dos direitos, adquiridos e que temos de agradecer às nossas antecessoras, que lutaram por nós no início e que lutaram para que nós hoje estejamos aqui a defender as nossas bandeiras, seja por que partido for, porque nessa altura nem as mulheres podiam votar. -----



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu, e passou a palavra à Deputada Maria Esteves do PS. -----

A Deputada **Maria Esteves** do PS, agradecendo e saudando a todos, disse: Vou responder à Senhora Deputada (CHEGA) com muito gosto do e vou lhe dizer, só, porque o resto está dito. Os dias internacionais existem, por alguma razão, que, aliás foi lida aqui pelo Senhor Deputado Marco Ferreira, e todos os anos tem um tema. E, portanto, quem decidiu este tema e do meu ponto de vista, bem, que não exclui nada do resto que aqui está, no nosso ponto de vista, foi a Organização das Nações Unidas. Não foi, nem o Partido Socialista nem o Bloco de Esquerda, e não tenho mais nada para dizer. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, concedeu a palavra à Deputada Ana Poeta do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta Simões** do PAN, saudando todos tomou a palavra e em seguimento da intervenção da Deputada Maria Esteves, do PS, reforçou: A igualdade de género hoje, para um amanhã sustentável, não foi uma escolha de nenhuma das bancadas, mas sim da ONU. E o objetivo da ONU foi reconhecer a contribuição das mulheres e das meninas em todo o mundo, que estão a lidar com a tarefa da adaptação às alterações climáticas, mitigação e a resposta para construir um futuro mais sustentável para todas as pessoas hoje. Portanto, o que significa que é hoje que nós temos que tratar da sustentabilidade do amanhã. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, perguntou se havia mais alguém que pretendesse usar da palavra. Ao constatar que não havia mais inscrições-----

**Passou-se à votação;** -----

A **Moção** conjunta, sobre o **DIA INTERNACIONAL DA MULHER** apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS e BE foi **aprovada por maioria** com 34 Votos a favor, dos Grupos Parlamentares do (PS; PSD; BE; CDS; CDU e PAN) e 2 Votos contra do CHEGA (Deputadas Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro; Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro) -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia**, continuou dizendo: Temos mais, duas moções, ambas do CHEGA, a primeira sobre **Manuais e Material Escolar para Todas as Crianças do Concelho**, do Grupo Parlamentar do CHEGA, tem a palavra a Deputada Sandra Ribeiro. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro** do CHEGA, Saudando a todos tomou a palavra e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

passou à leitura da Moção (Documento que se anexa à Ata). -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e passou-a à Deputada Maria Esteves do PS. -----

A Deputada **Maria Esteves** do PS, tomando a palavra e manifestou: A bancada do Partido Socialista, não pode votar favoravelmente esta Moção, pelas razões que passa a enumerar. Ao propor ao Município, que pague os manuais, se é de manuais escolares que fala, aos alunos do ensino privado, falo e repito, ensino privado, da mesma forma que paga aos alunos do ensino público, o CHEGA manifesta o seu desconhecimento de quem paga o quê no Município de Loulé. Uma vez, como já é sabido, o Governo assumiu nos termos da retificação, nº51 de 2019, e passo a citar, a distribuição, gratuita a todos os alunos da escolaridade obrigatória da rede pública do Ministério da Educação, ou seja, até ao décimo segundo ano, porque foi gradual esta situação. É obrigação Constitucional, também está na Constituição da República, e passo a citar, o art.º 74, assegurar o ensino básico universal obrigatório e gratuito e que passa por garantir a todos o ensino obrigatório em condições de igualdade. O que implica, necessariamente políticas públicas no âmbito da rede pública, medidas essas concretizadas gratuitamente na ação social escolar, na rede de transportes escolares e nos manuais escolares, por exemplo que são, a última etapa da gratuitidade. Daqui decorre que, todos os alunos, ou seja, do primeiro ano de escolaridade e até ao décimo segundo ano, tem acesso à escola pública com os mesmos direitos, ou seja com a gratuitidade dos seus manuais escolares. Falo Escola Pública, é uma decisão do legislador e de quem defende o estado social. A frequência das escolas privadas é da iniciativa privada e de escolha livre dos pais. O ensino privado, não depende do Ministério da Educação, a não ser na autorização estrita de funcionamento, porque de resto, quer nas orientações pedagógicas, quer na seleção dos seus alunos, tem toda a autonomia. Aceita os alunos que entende, como entende, porque é uma iniciativa privada. Logo aí, acho que fazer essa comparação não faz qualquer sentido. Mas depois, há outro tipo de ensino, que é o ensino particular e cooperativo, e no ensino particular e cooperativo, sim, quando há contrato de associação, que é o mesmo que dizer, Instituições dessas que existem em localidades onde a rede pública do Ministério da Educação, não tem capacidade para dar resposta, na escolaridade obrigatória, então aí sim, as regras são as mesmas. Mas são as mesmas do público, que é o mesmo que dizer, estas instituições aceitam os alunos todos, independentemente das suas circunstâncias, e dos seus contextos, desde que estes alunos, residam na sua área de influência. No Algarve, temos uma rede pública, do Ministério da Educação, suficiente. Não podemos aqui dizer, que não há situações, em que alguma complexidade para colocar todos os alunos em devido tempo, nas escolas na escolaridade obrigatória. Não é o caso de Loulé, não é o caso de quase nenhuns concelhos, há dois ou três



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

concelhos com este problema. Portanto, a rede pública no Algarve responde, portanto não há nenhum contrato de associação. O Município de Loulé, por seu lado, factualmente foi pioneiro na gratuitidade dos manuais. A partir do momento, em que é o próprio Governo que assume esta gratuitidade no ensino público, o que faz o Município de Loulé, mantém e aumenta os apoios que vinha a prestar, em materiais complementares aos manuais escolares, que são se quiserem, cadernos de fichas, etc. Não se pode comparar o incomparável, e se quisermos ir à Constituição, podemos ir, ao artigo 12º e ao artigo 13º, liberdade de ensinar e aprender. Pois é, liberdade de ensinar e aprender, mas quando fazemos uma escolha pelo privado, assumimos essa escolha, porque temos uma rede pública com todas as condições e que aceita todas as crianças, capaz de dar essa resposta. Por isto tudo, votamos contra. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, retomou a palavra e passou-a à Deputada Helena Baião do BE. -----

A Deputada **Maria Helena Baião** do BE, tomando a palavra disse: Muito bem, chegam uns momentos em que nos temos de acantonar ideologicamente, e é evidente, que esta Moção, não tem a aprovação do Bloco de Esquerda, como é obvio. Porque, o Bloco de Esquerda nunca concordará, com a privatização dos lucros e a socialização dos custos. Qualquer dia destes ainda nos vão pedir para pagar as propinas da Universidade Católica, aos filhos que estudaram no privado. Qualquer dia destes, desculpem a ironia, mas na realidade, eu tenho uma grande experiência de vida. Inclusivamente, cheguei a ter um filho meu no Colégio Internacional de Vilamoura. Esta discussão não é nova, isto não é uma inovação do CHEGA, já foi discutido aqui nesta Assembleia. Já foi inclusivamente, subscrito por alguns Deputados do Partido Socialista, que cá não estão. Em termos privados, já foi subscrito por eles, o que aconteceu foi, que a nível de Bancada não vingou, e portanto, o Bloco de Esquerda, vai ter sempre a opinião que sempre teve, que é, como a Senhora Deputada disse, e bem, os alunos do privado tem escolha. E acho que, a atribuição de livros e materiais escolares gratuitos, deve ser feita aos alunos que não tem escolha, e que vão para o público e não podem, não é que não querem, não podem ter acesso ao privado. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e passou-a à Deputada Sandra Ribeiro do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro** do CHEGA, retomando a palavra disse: Começando aqui pela opinião da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, pois isto é tudo muito bonito, esta discussão já não é nova, mas o CHEGA está aqui agora. Apesar desta discussão não ser nova, o que é certo é que tudo se mantém na mesma. E quando



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

diz que, o aluno não tem escolha, pois há efetivamente alunos que não tem escolha, e é de facto um mérito o Município de Loulé ter sido pioneiro na gratuitidade do material escolar. Penso que é de agrado de todos, que isto tenha acontecido e que assim seja. Agora, quando a Senhora Deputada do PS diz que é uma escolha dos pais, o ensino privado ou escola privada, muitas vezes é uma escolha e uma necessidade. Sim, atendendo às condições que existem, e posso falar do Colégio Internacional de Vilamoura, atendendo que é no nosso concelho, nosso município. Atenção que este assunto foi abordado com os pais que têm os filhos no colégio privado. Grande parte dos pais, que têm os filhos no ensino privado, não tem porque são ricos, porque só os ricos é que tem os filhos no colégio privado. Muitas vezes, ou até na maioria dos casos, que nós conhecemos, é por necessidade. Pelo horário, por exemplo, porque são pessoas que tem comércio no município, e nós podemos deixar as crianças no colégio às oito da manhã e ir buscar às dezanove horas, muitas vezes até mais tarde. E isso não é possível no ensino público. Porque nem todos os ricos ou pseudo ricos, têm uma ama em casa ou um chauffeur, que fique com as crianças e que as vá buscar. (O **Presidente da Assembleia** interveio, lembrando que a Senhora Deputada já só tinha vinte e seis segundos de intervenção). A Deputada continuou: Portanto, a maior parte dos pais, tem os filhos lá, por necessidade e fazem sacrifícios do seu Orçamento para conseguir pagar duplamente o ensino, pagam o dos seus e dos outros dos seus impostos. E, portanto, eu acho que devia haver igualdade para todas as crianças, e nós estamos a falar de um Orçamento Familiar, e dos sacrifícios, que todos os pais fazem. E se formos a ver, os rendimentos das pessoas que têm os filhos no ensino público, se calhar, são muito superiores aos que tem os filhos no ensino privado. Por isso é uma questão de igualdade. É isso que nós pedimos, nada mais. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, deu a palavra e passou-a à Deputada Maria Esteves do PS. -----

A Deputada **Maria Esteves** do PS, tomando a palavra, e manifestou: Eu só vou dizer, muito rapidamente o seguinte: De facto, ainda não temos uma cobertura na rede pública suficiente, no pré-escolar. Falo, a nível nacional e regional, a nível pessoal posso dizer aqui que Loulé está muito à frente em relação às outras. Agora o que a Senhora Deputada pode querer dizer, e com todo o respeito, é que a grande maioria dos alunos que estão no Colégio Internacional de Vilamoura, mas podia ser outro qualquer mas este é do nosso concelho, são filhos de comerciantes, são filhos de gente que não tem condições, até tem menos condições que os que estão no público, mas é por causa dos horários. Seria muito interessante fazer um levantamento de algumas coisas. É, onde é que está a maioria dos alunos, filhos de comerciantes do concelho de Loulé, se estão no Colégio Internacional de Vilamoura ou nas escolas públicas, que são quatro agrupamentos de escolas, como sabe. Eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ficaria muito espantada de ter tão poucos comerciantes em Loulé. Começava logo por esse espanto, e depois também devo-lhe dizer outra coisa, não queria entrar neste discurso, e não vou entrar, mas sabe, os horários já estão alargados, e servem a quase toda a gente, pois também há ATL's onde também se pode fazer um esforço. A qualidade da escola pública é de excelência, provem em contrário para a gente lá chegar. E depois é assim, nós temos nas escolas públicas, todos, e podem lá estar todos os alunos. Nos privados, não estão, e não podem lá estar alguns, porque não são selecionados, e não estou a falar do Colégio Internacional de Vilamoura, porque eu não conheço essa realidade e com todo o respeito. Não particularizo. Particularizar é um erro e é desconhecer em absoluto a realidade em que se vive. Nada mais tenho a dizer sobre esta matéria. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, **Passou à votação**; -----

A **Proposta**, sobre o **MANUAIS E MATERIAL ESCOLAR PARA TODAS AS CRIANÇAS DO CONCELHO**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA foi **Rejeitada**, com 25 votos contra (22 do PS, 1 do BE, 1 do CDU e 1 do PAN) 9 abstenções (8 do PSD e 1 do CDS) e 2 votos a favor do CHEGA -----

O **Presidente da Assembleia**, continuou: Passamos então à última Moção da noite, também do Grupo Parlamentar do chega, e vou dar a palavra, para a leitura, apesar de já não terem tempo, mas é de elementar justiça que passam apresentar. -----

A Deputada **Sandra Castro** do CHEGA, Saudando a todos tomou a palavra e passou à leitura da Moção "**Pelo Hospital Central do Algarve**"; (Documento que se anexa à Ata). -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e passou-a à Deputada Maria Esteves do PS. -----

A Deputada **Maria Esteves** do PS, tomando a palavra disse: O Grupo Municipal do Partido Socialista, não pode votar favoravelmente esta Moção. Ponto um, por isto tudo. refere, e cito, instruir o Executivo a que de uma forma oficial e em conjunto com as populações, se realize uma vigília. Como se fosse competência do Executivo do Município organizar e executar vigílias, não compete de facto isso, como entidade Pública Oficial que é, não o pode fazer. Não pode promover vigílias. Depois, o CHEGA recorre a uma justíssima e recorrente reivindicação, de todos os Algarvios, que é a luta por um Hospital Central. Essa luta também é do Partido Socialista de Loulé. Do CHEGA é agora, e no programa das legislativas vocês não dizem lá nada sobre coisíssima nenhuma em relação à saúde nem ao Hospital Central do Algarve.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Utilizam uma fraseologia, que nós temos que repudiar veementemente, que é dirigir-se especialmente aos Deputados do Partido Socialista perguntando, de que lado é que estão? Do lado dos cidadãos ou do lado do Partido Socialista? Pois nós temos resposta, estamos onde sempre estivemos, ao lado dos cidadãos, mas de todos, sem exceção. E por isso talvez, se calhar, também por isso somos socialistas. Mas não são só os socialistas, mas como se dirigiram aos socialistas é isto que tenho a responder. Nós sabemos bem, que o partido CHEGA, ao fazer este “expediente zito”, queria que nós não votássemos nesta Moção, para ter com isso algum proveito. Não, não votamos, e é bom que o partido CHEGA saiba, que não entramos nesse tipo de jogo, nem nesse tipo de expediente, esse é o primeiro aspeto. O segundo, e voltando a de que lado é que estamos, ao lado de quem? Olhem para os resultados eleitorais e digam-me, quem é que está do lado de quem? E se olharmos para os resultados obtidos pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas, acho que está clarinho, quem está com quem. E não estamos seguramente do lado da minoria, estamos do lado da maioria da população que votou quarenta e um ponto nove por cento no Partido Socialista. Portanto, pode não agradar, mas é assim. Finalmente e para acabar, o Hospital Central, está inscrito finalmente no programa eleitoral, do Partido Socialista, a construção do Hospital Central, está lá escrito. Nós cá estaremos todos para escrutinar, a construção ou não, ou o compromisso ou não assumido pelo Partido Socialista, pelo Partido do Governo Socialista, que aliás, ainda não entrou em funções como sabe. É só isto que tenho para dizer. -----

-----  
**O Presidente da Assembleia**, agradecendo, passou a palavra à Deputada Ana Poeta do PAN. -----

-----  
A Deputada **Ana Poeta Simões** do PAN, tomando a palavra, disse: O PAN considera que o tema da construção do Hospital Central do Algarve, tem maior urgência, desde há muitos anos. No entanto, a forma como a Moção é apresentada, não nos parece a mais adequada, nem na forma como é descrita, nem no seu conteúdo. Entendemos que não é com ataques partidários que podemos encontrar as soluções. O PAN, é um partido dialogante e defensor da construção de pontes, para que se torne possível a resolução dos problemas, no Município. Também não nos parece adequada a convocatória, de vigília ou de uma manifestação de iniciativa ultrapassa o âmbito da intervenção dos Deputados da Assembleia Municipal, pelo que o nosso voto será de rejeição da Moção. -----

-----  
**O Presidente da Assembleia**, agradeceu, e passou a palavra à Deputada Maria Helena Baião. -----

-----  
A Deputada **Maria Helena Baião** do PAN, tomando a palavra, disse: É muito rápido, penso que poderá ter havido um erro de formulação desta Moção, porque esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Moção pelo seu conteúdo, teria sempre o apoio do Bloco de Esquerda. Uma vez que o Bloco de Esquerda defende a construção do Hospital do Algarve, há muitos anos. Nas nossas diversas ações de campanha, fomos à procura da primeira pedra. Coisa que, saiu na comunicação social. E o Deputado pelo Algarve, que agora já não é, o Deputado João Vasconcelos, defendeu por várias vezes, no plenário da Assembleia da República, essa situação de definitivamente dotar o Algarve do seu Hospital Central, mais do que merecido pelos nossos impostos e pelos nossos cidadãos. A questão aqui é que a formulação desta Moção, não está feita, para permitir a adesão em liberdade, de todos os partidos. Porque na prática, para além de querer instruir o Executivo, coisa que não se pode fazer, também há digamos uma espécie de ataque, encapotado se me permitem, ao Partido Socialista. Logo, isto fica a ser uma coisa entre dois interlocutores, do qual os outros Partidos, não sei se os outros partidos sentem a mesma coisa, mas o Bloco de Esquerda sente-se excluído. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e passou-a ao Deputado Márcio Fernandes do PS. -----

O Deputado **Márcio Fernandes** do PS, saudando todos, tomou a palavra e referiu: Penso que também sobre esta matéria, seria preciso, aguardar que o Governo tomasse posse, não é? E aguardasse pelo Orçamento de Estado. Penso que a Moção é extemporânea neste momento ainda, sendo que é preocupação legítima dos Algarvios e defendido pelos Deputados do Partido Socialista, que também muito têm lutado para isso e iremos conseguir, seguramente. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, concedeu a palavra ao Deputado João Carlos Santos do PSD. -----

O Deputado **João Carlos Santos** do PSD, agradecendo, referiu: Queria manifestar, relativamente a esta Moção, apresentada pelo partido CHEGA, que, realmente o Hospital Central do Algarve tem sido uma bandeira do PSD, aqui no Algarve nomeadamente. Reconhecemos a sua importância, já há vários anos, inclusive pela dinâmica do Cristóvão Norte e também de Rui Cristina, que bateram-se também, muitas vezes pela construção do Hospital Central do Algarve, por isso é notório. No entanto, acreditamos que, para se conseguir resultados prático nesta matéria, não será com vigílias ou manifestações deste espectro. Terá que ser com ações concretas, que realmente façam com que o Governo Central, olhe para a região, e que de uma vez por todas, coloque no seu Orçamento, a construção deste Hospital que tanta falta faz à nossa região. Relativamente a esta Moção, o Grupo Municipal do PSD, irá se abster. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, e passou a palavra ao Deputado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Octávio Cordeiro. -----

O Deputado **Octávio Cordeiro** da CDU, saudando todos, tomou a palavra e disse: A Moção do Hospital é o que é, e está prometida à muito anos. Em todas as legislaturas é prometido, mas vai ficando. Esta Moção mistura aqui, aeroportos, TGV, autoestradas, tudo isso faz falta, mas de facto, o Hospital Central do Algarve, há mais de vinte anos que é um projeto continuamente adiado. Reconhecendo-se a importância deste projeto estruturante para toda a região, o que, aliás, está em consonância com o referido, pelos vários Governos, não se compreende porque ainda não avançou. Pretende-se com este equipamento, dotar o Algarve de uma resposta com um elevado grau de competência, para prestar cuidados de saúde de qualidade, numa região de reconhecida atração turística. Estando em causa a prestação de cuidados de saúde a uma vasta população, que no verão triplica. O Hospital Central do Algarve já devia ser uma realidade. No sítio da Administração Central de Saúde do Algarve, consta inclusive uma extensa cronologia que revela todo o andamento do processo, desde dois mil e dois, foi constituído, o primeiro grupo de trabalho para o lançamento da nova unidade Hospitalar do Algarve. A partir daí o projeto, percorre os governos do PS e PSD, e a três de maio de dois mil e oito, o governo do PS, anunciou o lançamento da obra para dois mil e nove, e a sua conclusão durante o ano de dois mil e doze. O pleno funcionamento estava reservado para dois mil e treze, e nada foi feito, ao contrário do que se perspectivava a obra não avançou. Em dois mil e onze, o governo PSD e CDS/PP volta a afirmar, o Hospital Central do Algarve, como uma prioridade nacional, ao mesmo tempo que lhe negava o financiamento, sem nunca resolver esta contradição. Em maio de dois mil treze, era criado o Centro Hospitalar do Algarve, o que decorria apenas da fusão do Hospital do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do Hospital de Faro, sem que daí adviesse qualquer melhoria da prestação dos cuidados da saúde à população. Em dois mil e dezasseis, a construção do novo Hospital do Algarve, não conhece qualquer avanço, e deixa de ser uma obra prioritária. O Governo, limita-se a remeter o projeto para a legislatura seguinte. A 29 de junho de dois mil e dezoito, a Assembleia da República aprovou o projeto de resolução n.º1638/12, 3ª Série, pela célere construção do Hospital Central do Algarve, da autoria do PCP, que daria origem à resolução da Assembleia da República, n.º247/2018, recomenda ao Governo a construção célere do Hospital Central do Algarve, para a melhoria dos cuidados públicos, na região algarvia. O Governo por seu lado nada fez, ignorando assim a resolução da Assembleia da República. O PCP tem acompanhado com preocupação a ausência ou insuficiência... O **Presidente da Assembleia**, interveio, pedindo desculpa e avisando que tinha excedido os quatro minutos de intervenção, mas que podia terminar. O Deputado **Octávio Cordelro**, continuou: não deixando margem para dúvidas, intervindo sempre na procura de soluções. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e disse: Aquilo que eu ia sugerir às Senhoras Deputadas do CHEGA, é assim: Daquilo que se percebe da Assembleia, a Assembleia é unânime no que diz respeito, à questão do Hospital Central do Algarve. A questão desta Moção tem a ver com a forma, como ela está redigida e o conteúdo das propostas que, inclusivamente fez, que algumas, como foi aqui apresentado, até fazem o apelo a que se indique ao Município, que faça coisas que não são da sua competência. A minha sugestão, era no sentido de, até em linha com a conversa do Deputado Márcio Fernandes, que se aguarde, para trazer a questão à Assembleia e eventualmente, ela sair daqui com uma reação mais consonante com aquilo que é o sentir de toda a Assembleia, que é, somos todos partidários da prioridade máxima, à construção do Hospital Central do Algarve, isso é inequívoco. O resto são questões de terminologia de linguagem pelo que ficara na vossa mão, manter a proposta e ela ser votada ou simplesmente retirá-la e voltar ao assunto mais tarde. Está nas vossas mãos. O Presidente passou a palavra à Deputada Sandra Castro do CHEGA, avisando que fosse sucinta, visto que já tinha esgotado o seu tempo. -----

A Deputada **Sandra Castro** do CHEGA, tomou a palavra e disse: Só quero dizer que não foi nenhum ataque, a este Executivo. O que nós quisemos mostrar com esta Moção, é que não é o suficiente o que está a ser feito. Conclusão, se não está a ter resultado, eu sei que não é culpa do Executivo. Mas o que queremos é que o Executivo se junte a nós, para fazermos pressão ao Governo Central. Porque a questão é que há muitos anos está ou o PS ou o PSD no Governo, ninguém... -----

O **Presidente da Assembleia**, interveio, lembrando que o tempo já se tinha esgotado e que já tinham ultrapassado mais de três minutos para além do tempo regulamentar e que a última Moção tinha sido lida para além do tempo. Resumindo, se quisessem retirar a Moção ela seria retirada, senão passar-se-ia à votação. -----

A Deputada **Sandra Castro**, continuou: A Moção no meu entender, não tenho tempo para me explicar, se alguém me desse tempo eu explicar-me-ia. Ninguém me dá tempo? -----

O **Presidente da Assembleia**, interveio novamente, perguntando se alguma das bancadas cederia algum tempo. O Partido Socialista, cedeu dois minutos. -----

A Deputada **Sandra Castro**, agradecendo, continuou: A questão aqui é que, temos que fazer melhor e diferente. O que está a ser feito não está a ter o resultado pretendido. Nós sabemos perfeitamente que este Executivo, seria o primeiro a ter todo o gosto em ver a construção do Hospital Central, tenho a perfeita noção. Porque sei que o Senhor Presidente, já disse várias vezes que está ao lado dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cidadãos, é o seu lema, e sabe perfeitamente, que a necessidade mais urgente no Algarve, é de facto o Hospital Central do Algarve, e com a situação da pandemia, isto ainda se vincou mais. Não há inclusive pediatria a funcionar. Isto é incomportável, é uma vergonha de facto, e o que eu quis nesta Moção, ou neste caso, nós no partido CHEGA, foi pedir a colaboração no que for possível, e da maneira que for possível, todos nós juntos da população e cidadãos do Algarve, possamos, sim, fazer diferente de uma vez por todas. Fazer pressão, não sei de que forma, o Senhor Presidente, poderá ajudar nesse sentido. Porque o objetivo é fazer pressão junto do Governo Central, para perceberem que o Algarve é muito mais do que uma estância turística, há aqui pessoas a viver o ano inteiro e que pagam os seus impostos, que também têm direito a ter saúde básica. Nós não temos, é um facto, e acho que isto é comum a todos os que estão aqui presentes. E nesta Moção, não do facto de ser do CHEGA, o que importa é a necessidade dos Algarvios. É o Hospital Central do Algarve, e nós gostaríamos, todos em conjunto, estivéssemos neste marco, conseguindo fazer diferente. Porque o que está a ser feito não está a ter resultado. Isto é o que se passa. Agradeço à Senhora Deputada Maria Esteves pela cedência do tempo.-----

-----  
**O Presidente da Assembleia, agradecendo, Passou à votação;** -----  
-----

-----  
A **Moção**, sobre o "**Pelo Hospital Central do Algarve**";, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA foi **Rejeitada**, com 24 votos contra (22 do PS, 1 do CDU e 1 do PAN) 10 abstenções (8 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS) e 2 votos a favor do CHEGA -----

-----  
**O Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e disse: Para concluir o período antes da Ordem do Dia, faltam nos duas alíneas, apreciação dos assuntos do interesse do Município e formulação de perguntas com respostas orais pela Câmara Municipal. Terminado o uso da palavra, passou-a ao Deputado António Farrajota do CDS, -----

-----  
O Deputado **António Farrajota** do CDS, saudando a todos, tomou a palavra e disse: Vou começar pelo fim, foi matéria que já passou mas não é sujeito a votação. É apenas uma sugestão, que será aproveitada ou não, conforme as vossas opiniões. A primeira é que, dar conhecimento relativamente ao dia da mulher, eu acho que todos os dias são Dia da Mulher, nenhum de nós estaria aqui se não fosse uma mulher. Mas teve um sócio. Isto é um facto, nos últimos anos, houve pelo menos dez nomes femininos a quem foram atribuídos prémios nobel. Vou mencionar só uma, que foi duplamente nobelada, que foi a Madame Curie, e era um ponto que eu queria fazer em relação às mulheres, e é por isso que não apresentamos nenhuma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Moção. A mulher é um ser humano como o homem, tem as suas fragilidades, tal como os homens também têm. Mas são seres humanos, nós todos somos seres humanos, e devemos ser tratados como tal, com respeito. A segunda coisa era, porque é que não se há-de dar também, um conhecimento da Moção aqui aprovada, em relação à guerra na Ucrânia, também à Embaixada da Rússia? Porquê ficar pelo...-----

O **Presidente da Assembleia**, interveio e informou: Eu essa posso responder já e dizer que, o próprio texto da Moção, refere, exortar diretamente a Embaixada, que aliás é o alvo da Moção, é a Embaixada da Federação Russa e o resto é para conhecimento. Portanto, não está a dar conhecimento, porque eles são os reais destinatários, e isso está no corpo da Moção. -----

O Deputado **António Farrajota**, retomou a palavra dizendo: Ok. A outra é a forma como os cidadãos se inscrevem, para falar no período do público. Eu vou dizer que nós não gostamos da forma, e esta é a opinião do meu partido, da forma como está a ser realizada. Porque até aqui, não era necessário preencher nenhum requerimento para poder falar. Isto é a casa da liberdade do povo do nosso concelho, não tem que dizer ao Executivo, nem à Mesa, que quer falar. É aparecer e dizer eu quero falar, como é que se chama e diga lá o que vem expor, tem três minutos, e pronto. Confesso agora, que já tenho convidado pessoas, a virem falar no público, não só nesta legislatura, como em anteriores. Tem havido pessoas do CDS, para virem expor os seus assuntos, mas são assuntos não partidários. São assunto que dizem respeito a problemas do concelho. Por isso não vejo, ou vejo e é isso que parece, uma espécie de censura, quando se preenche, Qual é o seu nome? Qual o seu número de telefone, o seu e-mail? Onde é que mora? Quer dizer, a PIDE já passou, já cá não está, ou será que estará? É capaz de haver uns movimentos, assim um tanto ou quanto obscuros. O assunto final, tem a ver com o que se está a passar em todo o país, nas escolas, e nas escolas Secundárias, não tanto nas primárias, claro, as crianças são inocentes. Trata-se do "Bullying", de cidadãos Portugueses que criticam e praticam o bullying contra crianças de origem Russa. A criança não tem culpa nenhuma, estão aqui alguns professores, o que nós sugerimos, será que não é possível, dentro das direções das escolas, emanar uma diretiva, e educar os alunos para que percebam, que os russos não tem culpa nenhuma. Já foram presos nove mil e tal russos, na própria Rússia, contra a guerra na Ucrânia. Agora as crianças é que não tem culpa nenhuma. Eu acho inadmissível, que não se faça nada a esse respeito. Senhor Presidente da Câmara, permita-me que lhe dirija a palavra, ai tem um trabalho muito importante a fazer. O Senhor está no topo, e é que pode dar as instruções para que isso seja feito. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e disse: No que diz



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

respeito à Mesa da Assembleia, vou passar a responder de imediato. Como muito bem sabemos e já há muitos anos, de facto já não estamos no regime ditatorial, nem temos PIDE. Contrariamente a isso, nós estamos cada vez mais numa sociedade de espetáculo. E estou-lhe a dizer isto porquê. Porque o Senhor, faz parte da Comissão de Representantes, que reúne periodicamente nesta Assembleia, antes de cada situação, e grande parte dos assuntos relacionados com o funcionamento da Assembleia, têm sido postos pelos vários representantes, nesse fórum. O Senhor Deputado nunca pôs esta questão, da audição prévia nesse fórum e veio pôr aqui, vai me desculpar, mas com a sinceridade e com o à vontade que nos une em termos de transparência, apenas porque as pessoas estão a ouvir, e está a fazer uso deste palco para vincar a sua posição partidária. Aquilo que eu lhe digo caro Deputado é o seguinte: esta Assembleia rege-se por leis, a primeira lei desta Assembleia é o Regimento. Nós estamos em fase de revisão, mas até lá ele é o mesmo, com que o Senhor trabalha desde dois mil e dezoito. É este Regimento que diz que os intervenientes se devem inscrever, até ao início da sessão, presencialmente, através de carta, ou correio eletrónico para o Gabinete de Apoio à Assembleia, indicando o nome; contacto e o tema a apresentar. Todos esses requisitos pidescos, de que o Senhor Deputado fala, são aqueles que são exigidos pelo Regimento. E mais, para além disso e como a sociedade é cada vez mais global, o legislador entendeu que, todas as pessoas que vem à Assembleia, tem o direito a preservar a sua imagem. Todas as pessoas do público, preencheram uma declaração, em como tomam conhecimento, aceitam e autorizam que a sua imagem seja gravada e seja difundida. Isso Senhor Deputado não se consegue fazer sem o impresso que nós estamos a usar. O impresso é tão somente para isso. Não se trata de um pedido de autorização, trata-se de uma comunicação. E mais, permita-me recordar, que depois de quase dois anos, esta é a primeira Assembleia em que temos público, sem qualquer tipo de restrição. A única restrição que a gente pediu é que as pessoas comuniquem previamente até porque como hoje vimos, se todas as pessoas que se tivessem inscrito, tivessem vindo, não tínhamos lugar nem para mais um. Já tinha dado indicação de que abríamos as portas, e as pessoas sentavam-se do lado de fora se quisessem. Isto para dizer que, sinceramente, não há questões pidescas, pelo contrário, limito-me a cumprir o Regimento. Todos vocês são testemunhas disso, desde a Comissão Permanente até esta Assembleia, por isso sinceramente, lamento, mas não serve. Agradecendo, deu a palavra novamente ao Deputado António Farrajota. -----

O Deputado **António Farrajota** do CDS, retomando a palavra agradeceu e proferiu: Longe de mim a ideia, de o ofender ou o acusar de estar a não cumprir o Regimento. Simplesmente, era norma comum, até hoje, as pessoas que queriam falar iam falar, quer fossem membros do Partido ou não. E permitam-me particularizar, era uma situação comum com o Bloco de Esquerda, aparecerem



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten symbol]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Deputados substitutos, a falar antes da Ordem do Dia, durante o período do público. E de repente, isso é quebrado, foi de repente. Portanto, se tivesse havido uma informação prévia, a dizer que a partir de agora vamos cumprir o Regimento, eu não estou a acusar o Bloco de Esquerda, fez muito bem, foi aceite, portanto era isso que eu proponha que continuasse a ser feito. Mas longe de mim, não quero que interprete mal, tem toda a razão, é o que está no Regimento e fomos nós que fizemos, e já foi do meu tempo. Portanto agora, na revisão é que podemos propor outras alterações. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia** interveio respondendo: ... ou eventualmente acrescentar outras coisas até, que a lei impõe, como a autorização expressa dos cidadãos, a que seja recolhida a imagem. A questão que o Senhor Deputado está a trazer é outra, que não me percebi á primeira, eu pelo menos, pronto, tenho as minhas limitações também. Mas começo a perceber, á segunda. Eu hoje falei com o Senhor Deputado e com a Senhora Deputada Isilda, sobre uma situação que foi a Deputada Isilda inscreveu-se para vir falar do público, com cidadã. E eu aquilo que falei com o Senhor Deputado e falei também com a própria Deputada Isilda, foi que me sinto dividido em relação a essa situação. Que é por um lado, qualquer pessoa, qualquer cidadão tem o direito de vir aqui expor os seus assuntos. E qualquer pessoa que tenha feito parte de uma lista, ou seja, deputado não eleito, poderá vir aqui faze-lo. Aquilo que falei com ambos, e que apenas estou a referir aqui, porque o Senhor referiu primeiro, porque para mim eram conversas do foro privado, foi, que fosse repensada esta situação. Porque, se cada um dos Partidos, começar a utilizar o tempo do público, como palco partidário, para fazerem inscrições e virem falar, o público vai ficar sem tempo para falar. Porque o CDS inscreve um ou dois, o CHEGA inscreve mais dois, o PS inscreve três ou quatro, e todas as inscrições do público ficam tapadas, porque há pessoas que vem ligadas aos Partidos para falar dos assuntos que os Partidos querem. Aquilo que eu disse e fui claro na conversa que tive com os dois, tanto que a Senhora Deputada veio como público, foi tratada como público e falou como público e não teve qualquer tipo de discriminação foi, que enquanto eu sentir que isto é iniciativa de um cidadão que vem expor assuntos que dizem respeito ao Município, e que são do interesse do Município, muito bem. No dia em que eu veja que isto está a ser tratado como estratégia de qualquer Partido, para vir através do Público para ter tempo, que a representatividade para isso, eu não o vou permitir. Foi a conversa que tivemos Senhor Deputado. Foi muito clara e eu também acho que esta não tem nada de pidesco, nem delimitativa da liberdade. É para garantir e tentar garantir que aquelas pessoas que ali estão tenham possibilidade de falar. Agradecendo, continuou passando a palavra à Deputada Maria Margarida. -----

-----  
A Deputada **Maria Margarida Renda Correia** do PSD, saudando todos tomou a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

palavra e disse: A minha intervenção irá ser lida, porque vou contar uma história e não me quero dispersar. E vem a propósito da instalação de infraestruturas de suporte de rádio comunicações e respetivos acessórios em Benafim. A dita antena que já foi falada aqui, esta noite. Sabendo e em consciência das necessidades urgentes, da cobertura da rede móvel e de internet, no território do interior, pois as antenas são um mal necessário, mas não podemos ficar indiferentes e silenciosos, pela falta de esclarecimentos e comunicação, da Câmara Municipal de Loulé, com a Junta de Freguesia e com a população, em relação a este processo. Em março de dois mil e dezanove, foi instalada em Benafim, em zona de perímetro urbano, uma antena de grandes dimensões ligada a um gerador de corrente, que causou grande alarido na população. Na sequência de várias reclamações, desta Junta de Freguesia, fizemos um primeiro pedido de esclarecimento, por escrito, sobre a localização deste equipamento, sugerindo que a Câmara Municipal realizasse uma sessão de esclarecimento junto da população, sem resposta. Dia dezoito de junho, voltamos a questionar o silêncio da Câmara sobre o assunto, e dando conhecimento que a população se estava a mobilizar, com um baixo assinado, manifestando o desagrado e a sua indignação pela falta de respostas e reconsideração escolhida, novamente sem resposta. Dia dezassete de junho de dois mil e dezanove, deu entrada no expediente da Câmara Municipal de Loulé, pela minha própria mão, o dito abaixo assinado, com cerca de duzentas assinaturas, e mais uma vez não obtivemos qualquer resposta. Em dezoito de julho de dois mil e dezanove, o Departamento de Obras e Gestão de Infraestruturas Locais, deu-nos conhecimento da alteração à empresa NOS, para a abertura de uma vala de quatorze metros, para a realização de uma ligação à rede elétrica. Entretanto, a dita antena foi retirada. Para espanto de todos, no final da passada semana, vimos erguer no centro de Benafim, ao lado da antiga localização da anterior antena, mais próximo ainda das habitações, um monumento novo. Uma dita antena, desta vez com uma estrutura definitiva já com ligações à rede elétrica. Efetuei alguns contactos, com técnicos da Câmara Municipal que manifestaram desconhecer a situação. Na segunda-feira passada, não foi referido pelo Senhor Presidente, mas ele sabe que é verdade, liguei ao Senhor Presidente da Câmara, que também se mostrou alheado e desconhecedor da situação e de todo o processo anterior. Dizendo na hora que ia averiguar a situação e agilizar o processo da fiscalização ao local. Eu própria, a seguir a este telefonema, desloquei-me ao local onde estavam a decorrer os trabalhos, com uma colaboradora da Junta de Freguesia, e questionei a empresa sobre as autorizações dos mesmos. Na hora os trabalhadores não tiveram resposta, mas no final do dia enviaram para meu espanto, a devida autorização da Câmara Municipal de Loulé, para a instalação desta infraestrutura com pareceres favoráveis, do Chefe de Unidade Operacional, Diretor do Departamento de Urbanismo e por fim, do Senhor Presidente, datada de vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um, cuja documentação trago aqui comigo. Apresentado estes factos, deixo algumas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

questões ao Senhor Presidente. Onde está representada a bandeira das pessoas, o mais importante são as pessoas? Quando, depois de tantas manifestações de descontentamento e pedidos de esclarecimento, não foram ouvidas as pessoas nem tido em conta as suas preocupações e ansiedades. A população não tem direito de saber tecnicamente, o porquê desta alternativa, quando existem tantos terrenos com maior proximidade das zonas sem rede nenhuma, que é a zona da serra, que já foi aqui referida, e sem casas? Onde estão, neste processo, as preocupações com a saúde pública e ambiente, quando temos nesta zona uma escola e idosos vulneráveis nesta comunidade? Que respostas damos, às pessoas que construíram as suas casas e as veem desvalorizadas, com este equipamento? Pelas propostas da revisão do PDM, esta será uma zona de expansão urbana no futuro. Quem estará interessado em construir a sua casa, na proximidade desta infraestrutura? É este, o desenvolvimento que queremos para as nossas aldeias do interior, onde poucos e corajosos tem investido na reabilitação de algumas casas, pela tipicidade da aldeia, criando projetos em harmonia com a natureza, valorizando os produtos locais e património, vendo assim comprometidos os seus objetivos. É normal não haver respostas à Junta de Freguesia? Nós somos a voz do povo, fomos eleitos para representar a comunidade local, para defender os seus interesses. Somos um serviço de proximidade. Permita-me dizer-lhe Senhor Presidente, exigimos mais atenção. Não podemos continuar a ser ignorados e mantermo-nos em silêncio. Estamos no direito de exigir, tendo em conta todas as alterações ao organograma da Câmara Municipal, que foram aprovadas por esta Assembleia, com o objetivo do melhoramento e celeridade dos serviços, que compram estes objetivos. Pois, não é razoável, depois de todo este processo, não haver qualquer resposta à Junta de Freguesia. Quando levantamos determinadas bandeiras, não basta retórica bonita, mas sim ações. Por fim Senhor Presidente, se queremos uma sociedade mais interventiva, mais participativa e mais cooperante, temos de dar o exemplo. Não podemos ignorar as preocupações das pessoas e temos o dever de as ouvir e esclarecer. Terminou agradecendo. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e disse: Senhores cidadãos do público, as manifestações do público na Assembleia, pelo Regimento também não sou eu, é o Regimento que diz que não é possível. Não se volta a repetir. Agradecendo passou a palavra ao Deputado Abel Matinhos. -----

-----  
O Deputado **Abel Filipe dos Santos Matinhos**, do PS, saudando a todos referiu: As "Smart Cities" ou Cidades Inteligentes, são um conjunto de sistemas e de pessoas, que interagem de forma inteligente, utilizando energia, materiais, serviços e recursos de forma sustentável. Podemos dizer que é uma espécie de fusão entre pessoas e sistemas que se movimentam em sintonia e harmonia, procurando garantir o desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos. Basicamente, as cidades



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

inteligentes são aquelas que investem em tecnologia, para melhorar a gestão autárquica e proporcionar aos seus cidadãos uma melhor qualidade de vida e sustentabilidade dos espaços. A conjuntura económica, social e a necessidade de desenvolvimento inovação, encaminha a gestão das autarquias locais a adotarem estratégias integradas que possibilitem suportar o controlo da gestão, eficácia e eficiência com fatores processuais, exigidos pela população, na qual as premissas da gestão privada, pertinentes à aplicabilidade na gestão da administração local, visto ser a gestão mais próxima do cidadão, interferindo diretamente na qualidade de vida, tornando cidades com gestão equiparada com os devidos ajustes à privada, que lhes permite obter a designação de Cidades Sustentáveis e Cidades Inteligentes. Neste contexto, é crucial a adoção de soluções, tendo em vista a criação daquilo que designamos por “Smart Cities”. Uma destas soluções, é a figura do gestor de procedimentos, como já foi implantada, e por isto saúdo a Câmara. Outro é, colocar os serviços locais ao serviço da inovação e a inovação ao serviço dos serviços locais, adotando novas metodologias e tecnologias aos territórios rurais, tendo em conta que, grande parte do nosso território se situa no interior, seria um exercício interessante. A adesão ao European Network of Living Labs. Seria também interessante, criar visitas virtuais a museus, espólios e sítios de interesse Municipal. Outra das áreas que penso seria interesse nesta temática das “Smart Cities”, é a participação. Nesta área o nosso concelho pode-se implantar no próximo Orçamento participativo, um mecanismo de participação inteligente, adotando uma votação eletrónica de acompanhamento às fases dos projetos e de plataforma própria. Outra das ferramentas que acho essencial para o desenvolvimento sustentável, evitando o desperdício é a rede de gestão integrada, que já está em funcionamento em alguns dos nossos territórios, gerido por empresas municipais, permitindo evitar desperdícios tais como, fugas de água, entre outros. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, precisamos urgentemente de adotar mecanismos inteligentes para podermos ser mais eficazes nas respostas aos problemas das pessoas. A “Smart Cities” são de facto essenciais para resolvermos estas respostas e diminuirmos os impactos da ação política e social no meio ambiente. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, concedeu a palavra à Deputada Maria Helena Baião do BE. -----

----- A  
Deputada **Maria Helena Baião** do BE, tomando a palavra agradeceu e disse: Eu vou tentar fazer só alguns apontamentos, devido às restrições de tempo. Queria deixar uma palavra de agradecimento ao cidadão Joel Silva, pela amabilidade que teve, de vir aqui deixar umas palavras, sobre todos os partidos que apoiaram este movimento dos cidadãos de Matos da Picota. Eu acho que, nós é que temos de agradecer pelo facto de nos terem chamado à atenção e nós termos podido ajudar, pela parte do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Bloco de Esquerda, nós certamente nos empenhamos nisso. Queria também saudar as notícias que o Senhor Presidente da Câmara nos trouxe, sobre uma questão há muito, protestada pelo Bloco de Esquerda, e que tem a ver com as necessidades das freguesias desde o interior da cobertura das redes. É uma notícia extremamente importante. -----

O **Presidente da Assembleia**, interveio dizendo: Senhora Deputada excedeu o tempo, peço-lhe que termine. -----

A Deputada **Maria Helena Baião** terminou, dizendo: Eu não posso deixar de dizer que, esperemos que a parceria com a NOS, não faça uma sementeira de antenas semelhante ao que está a suceder em Benafim. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e passou-a ao Deputado João Carlos Santos do PSD. -----

O Deputado **João Carlos Santos**, do PSD, agradecendo tomou a palavra e questionou: Queria aqui colocar uma questão ao Executivo. Uma relativa aos pescadores de recreio do porto de pesca de Quarteira, e respetivas embarcações. Estes pescadores estão novamente em alvoroço, porque, continuam a receber as faturas para pagamento de valores próximos dos cento e tal euros, e realmente queria questionar o Executivo, o que é que tem sido feito? Que informações é que nos podem dar, sobre os avanços que tem ou não existido, nesta questão? Pois as pessoas estão preocupadas porque acabaram de receber faturas na ordem dos, cento e cinquenta e três euros e então seria pertinente que o Executivo, pudesse dar aqui uma palavra, pois está também relacionado com essa matéria. Dizer também que, a questão relativamente ao senhor Vereador Abílio, houve aqui um cidadão que falou sobre o Passeio das Dunas relativamente ao circuito work out e o senhor Vereador disse que ia haver uma intervenção, um procedimento nesse local. Estamos a falar do tema vencedor do Orçamento Participativo de dois mil e dezoito, Vamos Dar Vida ao Passeio das Dunas. E também dizer que, relativamente à questão de que se falou há pouco do Estaleiro do Mestre Casinhas. Realmente em dois mil e treze, fiz a salvaguarda de todo o espolio, salvaguardei o espolio da destruição total, um espolio inestimável da história de Quarteira. Dentro de poucos dias, será feita uma apresentação à população, desse espolio. O Senhor Presidente e o seu Executivo estão convidados. Realmente, fazer desvincular o espolio do seu espaço físico é uma coisa cruel, em termos históricos. E também vou dizer que o Senhor Presidente, contou-me que estiveram técnicos a fazer uma outra avaliação dentro do Estaleiro naval do Mestre Casinhas, e lamento não ter sido convidado, enquanto membro que apresentou este assunto na Assembleia, para também poder fazer um enquadramento e fundamento histórico do local. Dizer que, vou continuar a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

lutar, seja por esta bancada ou sozinho, vou continuar a lutar pelo Estaleiro do Mestre Casinhas, e realmente vou sempre defender a história de Quarteira. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, passou a palavra ao Deputado Telmo Pinto do PS. -----

O Deputado **Telmo Pinto** do PS, Tomou a palavra saudando a todos e disse: Eu tenho remetido ao silêncio, naquilo que toca à situação do Casinhas, até porque há certas coisas que eu muitas vezes não percebo na política, até porque sou novo, só tenho oito anos de política, e vou percebendo e querendo fazer as coisas à minha maneira, e por vezes não perco tempo. Há certas coisas que não fazem sentido e dizer aquilo que é importante. Para mim é importante dizer-se que, sou a favor e ninguém aqui não o é, a favor de preservar a memória do Mestre Casinhas. Sou a favor disso, mas tenho muita pena da Ana Rosa da Alexandra Pires do Rui Almeida da Dália Paulo, do Rui Parreira de quem gostei muito de conhecer no processo, da Direção Geral do Património que esteve presente e participou no processo, Museu Nacional de Arqueologia, da Direção Regional da Cultura do Algarve e inúmeras pessoas que fizeram parte e inclusive o João Santos, que diz que não lhe foi pedido património. Ninguém pede aquilo de que não tem conhecimento, mas lembro-me bem do desespero que foi as primeiras reuniões, para arranjar pessoas e criar rede de bens e espólio de tudo aquilo que foi arranjado para aquele museu. Desde o que está lá naquela exposição e até ao que está guardado, que dá para outra exposição. Foi de pessoas, que convencemos e eu dei a minha palavra que, tiro fotografias, assino documentos que devolvo todo o material. O Senhor estava presente, não pediram diretamente a caneca a chávena, mas toda a gente pediu, e essas pessoas são pessoas de respeito na área da cultura. Eu estou a dizer os nomes para que fiquem aqui registados. Porque foi uma falta de respeito, aquilo que se passou aqui. Dizer que tem um espólio, e que vai fazer uma apresentação à população e que não participou numa coisa quando foi convidado. -----

O **Presidente da Assembleia** interveio avisando que o tempo tinha terminado e solicitando às bancadas se alguém cederia tempo. O Deputado solicitou mais dois minutos. O **Presidente da Assembleia** informou que a Bancada do PAN cederia os dois minutos. -----

Agradecendo, o Deputado **Telmo Pinto** continuou: Esta foi a primeira falta de respeito para com a cultura e as pessoas de Quarteira. Porque a cultura, não tem umbigo, não é laranja nem rosa. Não se faz só quando se está na oposição, mas também quando se está no poder. E já não vou falar dos tanques. Dizer que a cultura é da esquerda ou da direita, não, porque eu passar na Gago Coutinho e ouvir o Senhor criticar o parque de estacionamento, porque deitamos uma chaminé



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

centenária abaixo, quando meia dúzia de meses antes, em frente e que faz parte do seu partido, e bem, o investimento no património cultural de Quarteira, que ao mesmo tempo, incentivou e vai incentivar à economia, que é o CONI o hotel, uma chaminé idêntica, centenária também foi abaixo. Mas se calhar porque estava da esquerda da rua Gago Coutinho, o sentido é poente para nascente, se calhar aqui já tem a ver com a esquerda ou a direita, ou as cores, que para mim não tem, mas você devia ter contribuído com esse património. Vou dizer mais, o Casino Velho de Quarteira, património deste Município, deste Concelho, custou o mesmo que um T2 em Quarteira. Não houve vontade para se debruçar sobre o património, na altura que teve oportunidade de o fazer. Nem o ouvi falar. O Casinha só não está nas mãos neste momento de um grupo económico, porque desde dois mil e treze e a nossa pressa minha e do Senhor Presidente, foi de comprar aquilo. Aquilo só tem uma pessoa, a Dona Helena, obrigado Carlos Filipe, teve que me dizer quem é, porque o Casinhas e família, para quem não sabe eram da Freguesia de São Clemente, fui falar com a Dona Helena, e desde dois mil e treze, encetamos um processo para comprar aquilo, para não cair na mão de um grupo económico. Antes da ARU existiam influências do Porto de Pesca, que não deixam ali construir, e esse foi a sorte. Porque se você tivesse tido a atitude, de gostar de património, não só agora que é oposição, mas na altura, este Município tinha beneficiado disso. E eu custa-me ouvir isso. O **Presidente da Assembleia**, interveio informando que o tempo tinha terminado. -----

O **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra à Deputada Barbara Correia do PSD. -----

A Deputada **Barbara Correia** do PSD, saudando todos, agradeceu e disse: No âmbito da Revisão do PDM, foi solicitado aos Presidentes de Junta, que se pronunciassem e analisassem as plantas relativas à proposta da Revisão do PDM, que identificassem, incoerências e corrigissem e acrescentassem o que considerassem conveniente. Para além do pouco tempo que foi dado aos Presidentes de Junta para essa análise, que os impede de recolher as necessidades das populações no que ao planeamento territorial diz respeito, os mesmos não dispõem de meios técnicos, que lhes permita uma análise informada, que lhes permita trabalhar na concretização de uma Freguesia eficaz nas suas infraestruturas. Curioso é que, tantas alterações ao organograma da Câmara e num tema tão importante como este, ainda continuam a existir carências. Esta pressão feita aos Presidentes de Junta, consideramos, aliada a uma tentativa de desresponsabilização do Executivo, ao responderem aos cidadãos que as Juntas têm conhecimento dos Projetos da Revisão do PDM, para além de uma falta de respeito para com os Presidentes de Junta, identificam uma falta de clareza e honestidade para com aqueles que foram eleitos pela população. Li algures a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

seguinte frase, um mau PDM é o primeiro passo para um desenvolvimento urbano desequilibrado e deficiente. Sucede que o concelho de Loulé tem deficiências e graves desequilíbrios entre o litoral e o interior. Um concelho que tem crescido ao nível da população. Alertamos variadíssimas vezes para a problemática da habitação no nosso concelho, e o PDM como um instrumento de definição da estratégia municipal, que estabelece o quadro estratégico do desenvolvimento territorial ao nível local, concretiza a possibilidade de acompanhar ou não, o crescimento da população e de originar áreas urbanas com mais capacidade de responder aos desafios atuais e futuros. Dito isto, a revisão do PDM, tem de ser acompanhada por agentes políticos informados, esclarecidos e esperamos que seja dado todo o apoio e todos os esclarecimentos necessários aos Presidentes de Junta nesta fase tão importante. -----

**O Presidente da Assembleia**, agradecendo concedeu a palavra à Deputada Ana Poeta Simões do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta Simões** do PAN, tomou a palavra e disse: Não sei mas se calhar a minha intervenção devia ser lida daquele lado, porque eu vou tentar responder à cidadã Isilda. Até porque confesso que a resposta que ouvi deste lado que me deu assim, alguma estranheza porque, o que eu ouvi foi graças á Câmara, e colocaram mesmo o enfoque da Câmara na Refood. Vou seguir a li o exemplo da Margarida e vou contar uma história. Em dois mil e quinze, no início, um movimento de cidadãos em Almancil, começou a fazer recolhas de pão e bolos. Nessa altura, como não havia propriamente uma instalação, foi graças a uma outra Associação, que por acaso está aqui presente, foi a DOINA, que se começou a fazer as primeiras recolhas e entregas de alimentos. Foi também em dois mil e quinze e graças ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, o senhor João Martins, que foi conseguida a doação de dois contentores, que posteriormente instalados no mercado. Tendo sido essa parte oficializada no dia trinta de abril. No dia cinco de maio de dois mil e dezasseis, o Refood participou no Orçamento Participativo, esta não é uma verba que é doada, não é graças ao Município, resultado de oitocentos e oitenta e quatro votos dos Louletanos. Não foi uma ideia, portanto o Orçamento Participativo, são verbas que são colocadas à disposição dos munícipes e foram oitocentos e oitenta e quatro, que votaram. Portanto, quando ouço dizer graças ao Município eu confesso que respeito, mas não concordo. A ideia de participar neste Orçamento visava a melhoria das instalações do centro, que foi conseguida e foi inaugurado depois em dois mil e dezassete. Em dois mil e vinte, quando passaram para o terreno da ASCA, o Refood fazia, apoio alimentar a trinta e cinco agregados familiares. Normalmente o setor particular costuma trabalhar em áreas que não estão a ser respondidas pelo estado. Por isso é que não tem fins lucrativos. Nas condições em que estão, um ano depois, já estávamos a alimentar oitenta e cinco



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

agregados. Portanto a minha questão é, sendo a ReFood, uma instituição que está a colmatar necessidades dos Louletanos, não merece um outro cuidado ou um outro respeito, só na forma como se fala, como se trata? Eu confesso que me foi mesmo, graças ao Executivo. Não foi o Executivo, foi graças a um movimento de cidadãos que se formou, foi graças às outras Associações de Almancil que se juntaram. Foi graças a oitocentas e oitenta e quatro pessoas que votaram no Orçamento Participativo. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, agradeceu, e não havendo mais inscrições, passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----

-----  
O **Presidente da Câmara**, agradecendo, tomou a palavra e passou a responder às questões colocadas: Senhor Presidente da Assembleia, vou tentar responder a todas as questões colocadas, alias há uma que o debate ainda há-de continuar, ainda havemos aqui de falar e bem, porque esta é a casa da democracia local, sobre o que fazer aos restos do armazém, da oficina do Mestre Casinhas. Portanto sobre esse assunto não tenho mais nada e saúdo a intervenção do Senhor Presidente da Junta, que foi oportuna e com a qual devo dizer que concordo, mas este debate há-de prosseguir. Depois, sobre a antena, eu as vezes não percebo as pessoas, porque é assim, queixam-se que não tem acesso a um bem essencial para a vida de todos nós que é o acesso às comunicações. Quando aparecem as soluções dizem que não ouvimos a população. Bem, eu quero dizer que a Câmara se baseou em cumprir a lei. A Câmara limitou-se a cumprir a lei. Antenas daquelas existem em todo o lado. Portanto, a Senhora Presidente de Junta, ao invés de se colocar numa posição tão radical e crítica, até parece que foi aqui feita, uma coisa de uma extrema gravidade, e não foi. Existem várias antenas destas, por exemplo em Querença nunca a vi a levantar a voz, e existe lá uma antena, há por todo o lado, em todas as cidades. Aqui a duzentos metros, existe um a antena com as mesmas características, julgo eu, mais antiga, e está aqui a duzentos metros. Existe em todas as cidades Portuguesas. Portanto, a atitude bonita, da Senhora Presidente da Junta teria sido, ó Presidente, venha lá, há aqui uma outra solução. Olhe aquilo que o seu colega fez, aquele que veio aqui hoje, o senhor João, que veio aqui e disse, tenho um terreno, eu ajudo a resolver o problema. A Câmara está disponível. Ele teve uma atitude construtiva. E a Câmara também tem. A Câmara também tem lá terreno. Portanto, se as pessoas não querem ali a antena, tem que resolver o contrato que tem com quem alugou o terreno à NOS. E depois o Senhor ou nós havemos de resolver o problema. Agora a população de Benafim, fica tranquila, porque a Câmara está aqui para ouvir, e para ir ao encontro do interesse das necessidades das pessoas. Se há alguma coisa que incomoda, nós corrigimos, não temos problema nenhum nisso. Agora, essa atitude de dramatização excessiva e a colocação de posição de ataque sistemático, mais valia contribuir para a solução. Essa é que era a atitude que eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

esperava da Senhora Presidente da Junta. A Senhora tem essa opção política de aproveitar tudo e nada para o combate político, este é o lugar próprio e, portanto, aqui me terá sempre a defender os argumentos que tenho, para defender os interesses da população. Temos uma solução à vista, vamos implementá-la, não vale a pena mais dramas. Aliás, já agora, volto a repetir, a Câmara de Loulé neste momento está em condições de dizer à empresa, avancem com a obra, e aí sim, Senhora Presidente, aí nós vamos ter uma palavra a dizer, onde é que as antenas vão ficar. Porque é uma obra, que fomos nós, que fizemos uma consulta pública ao mercado, e temos selecionado um fornecedor para instalar as antenas, aí sim. Neste caso não. A empresa foi à procura de um proprietário, de um terreno da sua freguesia, que eu não sei quem é, devo-lhe dizer. A senhora ou senhor proprietário ou proprietária, alugou o terreno. O que é que quer que eu faça? Cumpriram a lei! A população não gosta vamos corrigir Senhora Presidente, ponto final nesta questão, não vale a pena dramas. Depois, sobre o Porto de Pescas de Quarteira, não tenho presente, temos feito o que temos conseguido e vamos responder por escrito. Embora o Senhor, não tenha feito a pergunta por escrito, vamos responder por escrito qual é o ponto atual da situação. Depois, sobre a Refood, nós não queremos medalhas. Ainda bem que existe, como existe a DOINA e tantas outras associações no nosso concelho. Tem todas o apoio da Câmara Municipal de Loulé, todas, e um apoio extremamente generoso. Porque as associações, se por acaso não tivessem o apoio da Câmara Municipal de Loulé, a sua capacidade de execução era extremamente diminuta. Portanto, também não vale a pena retirar assim dessa maneira, fácil, o mérito da Câmara Municipal de Loulé. Porque, até o Orçamento Participativo, que vos permitiu, reunir a população, e bem, para dizer, nós gostávamos com esse dinheiro, fazer isto. Arranjar aqui uma estrutura, que pudesse valer aqui às pessoas, que tem carências alimentares. Até esse Orçamento Participativo, foi criado pela Câmara. Ele não existe em todas as Câmaras do país. Não existia. Começou a existir connosco. Por isso, todos contribuímos, as Associações, as IPSS's, as Associações de Empresários e naturalmente o Município, todos contribuímos para o bem público. Não queremos medalhas, queremos ficar bem com a nossa consciência. Portanto, muito obrigado pela Refood existir, muito obrigado pelo trabalho que faz, e podem contar futuramente, sempre, como até aqui, com o apoio da Câmara Municipal de Loulé. Queremos que as pessoas sejam servidas e que os problemas delas tenham sempre uma resposta. Há aqui uma questão importante, que foi colocada pela Deputada Bárbara Correia. Este é o assunto dos assuntos deste mandato autárquico. Não temos dossiê mais importante que este. E todos nós, vamos ser responsáveis por aquilo que esta casa e os Senhores vão decidir. E, portanto, eu não tenciono em circunstância nenhuma deixar de ouvir todos. Nomeadamente os Presidentes de Junta. Temos tido enormes dificuldades no que diz respeito ao calendário, muito apertado, mas nós vamos ouvir os Presidentes de Junta, Senhora Deputada não se precipite. Deixe passar mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

alguns dias e veremos quais são as propostas da Câmara Municipal de Loulé, para que o PDM seja um documento amplamente discutido com a sociedade civil e nesta casa naturalmente, que é a casa detentora do poder e da responsabilidade de discutir, e no final aprovar o novo PDM. Por isso, recomendo, se me permite, recomendo um pouco de paciência e prudência naquilo que diz. Não tire conclusões apressadas, porque este dossiê só agora começou verdadeiramente a ser trabalhado, nesta que é a reta final. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, passou a palavra e ao Vereador Abílio Sousa. -----

O Vereador **Abílio Sousa**, agradecendo tomou a palavra e disse: É precisamente, referente ao Orçamento Participativo, mas como sabe, o Orçamento ia mais para além, que a iluminação pública. E também com a criação de um quiosque que, durante algum tempo teve que ter os pareceres das entidades competentes, nomeadamente a APA e que nos inviabilizou, e a partir daí inviabilizou a possibilidade de ser criada esse quiosque. A partir daí, tivemos que caminhar para esta solução, perdeu-se algum tempo, mas o que é certo é que vai avançar muito em breve. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, concedeu a palavra à Deputada Margarida Correia, do PSD. -----

A Deputada **Margarida Correia**, do PSD, agradecendo disse: Não preciso de dizer muita coisa, pois tinha retórica aqui para algum tempo. O Presidente da Assembleia interveio avisando que só tinha quarenta segundos. A Deputada Margarida Correia continuou. Tiro-lhe o chapéu Senhor Presidente, da forma como consegue dar a volta aos assuntos. E assume perante todos que é normal, a Câmara Municipal de Loulé não dar resposta aos documentos oficiais, que a Junta de Freguesia envia para o Município, e é normal não se pronunciar, sobre um baixo assinado com quase duzentas assinaturas. Portanto, a responsabilidade é minha da antena. Muito obrigada Senhor Presidente. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, e não havendo mais intervenções, deu por terminado o Período Antes da Ordem do Dia e deu entrada do Período da Ordem do Dia. -----

### 3- Período da Ordem do Dia; -----

O **Presidente da Assembleia**, iniciou o Período da Ordem do Dia e disse: O Período da Ordem do Dia é aquele que consta na convocatória que vos foi enviada,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

posteriormente e na sequência da última reunião do Executivo, que decorreu ontem, dia sete, foram aprovados dois assuntos, que o Executivo considera da máxima urgência e que propôs à Assembleia, que fossem incorporados nesta Ordem de Trabalhos. Como sabem, para isso ser feito, tem que haver a concordância de dois terços dos deputados. Os dois assuntos, tal como vos foram enviados, há dois dias, com os dois assuntos propostos pelo Executivo, para serem incorporados nesta Ordem de Trabalhos são, a Proposta 583-2022, sobre a Renovação do Estabelecimento das Medidas Preventivas Quarteira Nascente, no Âmbito do Processo da Renovação do PDM. Que já constava na nossa Ordem de Trabalhos, pela fase anterior que era a informação. Esta informação, já foi à CCDR, e a CCDR já deu o parecer sobre o assunto, e a Câmara Municipal, deliberou na reunião de ontem, propor à Assembleia a Renovação do Estabelecimento das Medidas Preventivas, e é isso que faz através da Proposta 583-2022, que propõe que seja adicionada à Ordem de trabalhos. Eu vou votá-las em separado, e vou-as pôr à consideração da Assembleia. A inclusão ou não de esta Proposta 583-2022 na Ordem de Trabalhos. -----

**Passou-se à votação;** -----

A **Inclusão**, da **Proposta 583-2022**, apresentada pelo Executivo da Câmara Municipal de Loulé foi **Aprovada**, com 27 votos a favor (22 do PS, 2 do CHEGA, 1 do BE, 1 do CDU e 1 do PAN) e 9 votos contra (8 do PSD e 1 do CDS) O **Presidente da Assembleia**, continuou: perfazendo a maioria de dois terços, necessário para a sua inclusão. Portanto, considera-se incluída, exatamente no ponto a seguir à informação. O **Presidente da Assembleia**, passou a palavra ao Deputado João Carlos Santos, do PSD. -----

O Deputado **João Carlos Santos**, do PSD, agradecendo tomou a palavra e disse: Pois realmente, dizer que votamos contra a inclusão deste ponto. No âmbito da Declaração de Voto, dizer-lhe que votamos contra a inclusão, porque de facto este é um assunto levado na segunda-feira à reunião de Câmara e depois na quarta-feira já está a querer ser apresentado nesta reunião. Trata-se de uma matéria que deveria ser questionada. A urgência que está aqui neste documento, porque nós enquanto Assembleia Municipal, e acho que isto também serve para todos os Deputados da Assembleia, nós necessitamos de tempo para de forma oportuna e capaz, fiscalizar a atividade do Município, como é certo, é esta a nossa função. E acreditamos que isto é pouco tempo, nomeadamente estes dois temas, o seguinte que vai a ser votado, para nós nos podermos pronunciar sobre isto. Dizer que será tudo escrutinado na Declaração de Voto, mas realmente dizer-lhe que por exemplo, este que é um tema que até poderá ser numa reunião descentralizada em Quarteira, em que se poderia pôr as pessoas também a participar na sua discussão. Não sei se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

possivelmente, uma outra Assembleia extraordinária, próxima desta e que se possa fazer dessa forma. Mas assim a urgência, torna-se complicado para a nossa bancada. -----

O **Presidente da Assembleia**, retomando a palavra, agradeceu dizendo: Eu estaria em absoluta concordância com o Senhor Deputado não fosse o caso de esta matéria já ter sido objeto de análise por parte da Assembleia em vezes suficientes, bastantes até, uma vez que se trata de uma renovação da Renovação, e mais ou menos sobre os mesmos pressupostos, e no fundo pouco alterou, a não ser para que estas medidas suspensivas se mantenham, até à revisão do PDM, para que aquela zona não tenha hipótese de ser destruída e depois já seja tarde demais. Mas pronto, ficará registado a Declaração de Voto. -----

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Deputado **António Farrajota**, do CDS -----

O Deputado **António Farrajota**, do CDS, agradecendo tomou a palavra dizendo: Já respondeu ao que eu ia perguntar, só queria questionar o Executivo sobre qual a urgência, mas já foi respondido. -----

O **Presidente da Assembleia**, retomando a palavra, agradeceu e continuou: Portanto, a segunda questão, prende-se com a inclusão na Ordem de Trabalhos de um assunto também, que tem que estar no Governo, tem que ser publicado também. Penso eu que será objeto de publicação, relacionada com a Delegação de Competências do Estado Central nas Autarquias, nomeadamente no que diz respeito às competências na Ação Social, o Governo permitiu abrir uma exceção, que elas não tivessem que correr durante o ano de dois mil e vinte e dois, e a Autarquia, inclusivamente considerou que não havia condições para isso, uma vez que ainda não tinham dado formação no âmbito dessas transferências. O Estado tem obrigação de dar essa formação aos funcionários camarários, e essa formação ainda não foi dada, o que prejudicaria os cidadãos, com funcionários mal preparados. E daí que fazem a proposta que estas medidas apenas sejam assumidas em dois mil e vinte e três. Tudo isto também tem prazos, e é por isto que o Executivo pediu que viesse a esta Assembleia, para que não se corra o risco das medidas terem que ser aceites pelo não cumprimento do prazo. Vou por à votação também, sem discussão uma vez que é só a inclusão ou não. -----

**Passou-se à votação;** -----

A **Inclusão**, da **Proposta**, apresentada pelo Executivo da Câmara Municipal de Loulé foi **Aprovada**, com 26 votos a favor (22 do PS, 2 do CHEGA, 1 do CDU e 1 do PAN) e 10 votos contra (8 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS) O **Presidente da**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Assembleia**, agradecendo, continuou: esta proposta será incluída a seguir à outra, sequencialmente pela ordem em que foram votadas. -----

**Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:** -----

**a)- Proposta da Câmara Municipal n.º 379-2022- Deliberação** relativa ao **Estabelecimento de Medidas Preventivas (Matos da Picota), no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé, e subsequente suspensão do PDM de Loulé** em vigor, nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do RJIGT. O **Presidente da Assembleia**, passou a palavra ao Presidente da Câmara. -

O **Presidente da Câmara**, agradecendo, tomou a palavra e apresentou: Senhor Presidente, uma proposta que está perante os senhores Deputados desta Assembleia, amplamente discutida aqui, não havendo, dados novos na realidade. É uma proposta que foi aprovada por unanimidade, na reunião de Câmara. Que depois enviamos á CCDR, e a mesma, respondeu rapidamente, um parecer favorável condicionado. Condicionado ao cumprimento de dois ou três aspetos, que nós acatamos e corrigimos. Alteramos a proposta, e ela aqui está, a proposta para dar conhecimento da CCDR, e para propor ao voto desta Assembleia a apreciação e votação da proposta final, que encerra este assunto tão importante e que todos conhecemos que é, não permitir a instalação de uma unidade de tratamento e triagem de lixos nos Matos da Picota. Estou disponível para qualquer questão adicional que os senhores Deputados me queiram colocar. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, penso que metodologia deve ser mesmo essa, cingirmos a qualquer duvida que haja, porque tal como foi dito, este assunto, já verificou unanimidade por parte desta Assembleia por várias vezes. Portanto, apenas se houver alguma questão, que queiram ver esclarecida, solicito que peçam a palavra. O Presidente da Assembleia, passou a palavra à Deputada Maria Helena Baião. -----

A Deputada **Maria Helena Baião** do BE, tomando a palavra agradeceu e disse: Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda gostaria de clarificar o seguinte, a CCDR, em nota refere que a Câmara Municipal de Loulé, só pede a finalidade do uso industrial, e que deverá proceder à adaptação inerente, do uso dos solos. Relativamente à pedra em si, o que é que acontece? Porque, o que estamos aqui a falar, é da central dos Matos da Picota. O que o Bloco de Esquerda, gostaria de ver esclarecido é, se esta alteração de finalidade, se aplica também à pedra, para que não venham a surgir nesse local, lixos e entulhos, como já é prática industrial em Portugal noutros concelhos. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e disse: Penso que



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

seria uma boa metodologia, que o Executivo esclarecesse logo as questões uma a uma, para que não fique nenhuma por responder. O Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Câmara**, agradecendo, tomou a palavra, e respondeu: Nós estamos a tratar desta proposta. Nós estamos a considerar outros espaços de pedreiras de características semelhantes, noutros pontos do Concelho. É esta a proposta que está em consideração, e é esta a proposta que vai ser agora votada pelos senhores Deputados. Outras questões, nós estamos naturalmente atentos, até porque esse assunto já foi aqui discutido na Assembleia, e já houve recomendação, para que o Executivo em sede de Revisão do PDM, ter em atenção que existem outras pedreiras, para que o PDM seja revisto, de tal maneira, que também nessas pedreiras não possam ser desenvolvidos equipamentos com características semelhantes. É isso que temos a dizer. A cumprir uma recomendação que aqui foi discutida, levantada e que foi sugerida ao Executivo. Espero ter sido claro. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra e disse: Eu dá-me ideia que, a questão da Senhora Deputada passou também por, pelo parecer que veio da CCDR e que sugeria qualquer coisa, relacionada, portanto, não era perfeitamente coincidente com a proposta inicial, que a Autarquia tinha feito. -----

O **Presidente da Câmara**, tomou a palavra, e respondeu: Senhor Presidente, essa não foi a questão da Senhora Deputada mas se quiser eu também esclareço isso. É que de facto, havia uma pequena faixa, que está cartografada no PDM atual, como espaço industrial e além desse espaço industrial, haveria uma pequena faixa de terreno que abrangia espaço agrícola, solo rural, espaço agrícola condicionada um. Portanto, se, e de acordo com CCDR, esse espaço também deveria ser incluído no perímetro sobre o qual, incidem as Medidas Preventivas, com a consequente suspensão do PDM, naquela área. Sim, foi uma proposta da CCDR, que nós acatamos e está aí, incluído no documento que tem neste momento para apreciação. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e perguntou à deputada Maria Helena Baião, se era essa a intenção da pergunta. -----

A Deputada **Maria Helena Baião**, tomando a palavra respondeu: Senhor Presidente, agradeço o reforço, a questão era de facto essa e foi agora respondida pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e passou a ao Deputado Analidio Ponte do PS. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Deputado **Analdio Ponte**, do PS, saudando todos, tomou a palavra e disse: Sobre este assunto, como sabem, o terreno onde estava previsto a instalação deste centro de triagem, localiza-se sobretudo na freguesia de São Sebastião e numa parte da freguesia de Boliqueime. Não podemos de deixar de congratular, com esta aceitação por parte da CCDR, depois de muito trabalho feito por parte da Câmara Municipal, sempre informando as Juntas de Freguesia, do que estava a acontecer, sempre com o nosso apoio e a informação que fomos dando, claro que, não esquecendo todos os outros intervenientes desde a associação, a população aos baixos assinados de todos os partidos. Como o Presidente disse da outra vez, não queremos sequer uma asa da taça, queremos é o melhor para a nossa terra. Com isto espero, com esta blindagem como aqui já foi referido, com esta alteração e esta aprovação, em Diário da República brevemente, se consolide e depois com a alteração do PDM e finalmente possamos pensar para aquele sítio, talvez um equipamento que respeite a natureza, respeite as pessoas, talvez de caris turístico, tem ali boas condições para isso.

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomou a palavra e não havendo mais intervenções,

**Passou-se à votação;**

a)- **Proposta da Câmara Municipal n.º 379-2022- Deliberação** relativa ao **Estabelecimento de Medidas Preventivas (Matos da Picota)**, no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé, e subsequente suspensão do PDM de Loulé em vigor, nos termos do n.º 1 do artigo 137.º do RJIGT, apresentada pelo Executivo da Câmara Municipal de Loulé foi **Aprovada**, por unanimidade.

O **Presidente da Assembleia**, passou à deliberação seguinte,

b)- **Proposta da Câmara Municipal n.º 438-2022- Deliberação** relativa ao **Acordo de Execução entre município de Loulé e Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve;** e a c)- **Proposta da Câmara Municipal n.º 452-2022- Deliberação** relativa ao **Acordo de Cedência de Imóvel entre o município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve.** Conforme os Membros da Comissão Permanente, foram informados, convidei o Dr. Nuno Marques, do Algarve Biomedical Center, para vir fazer uma apresentação daqueles que são os projetos que o ABC tem em mãos, relacionados com o Município e que veio acompanhado pela Sub Diretora do Centro. Peço em nome da Assembleia desculpa, pelo tempo que tem estado aqui, até porque estão cá desde o início, espero que pelo menos tenham aprendido alguma coisa sobre o funcionamento das Assembleias. Dr. Nuno Marques com o pedido de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

desculpas, passava-lhe a palavra para que fizesse a apresentação. -----

O **Dr. Nuno Marques**, saudando todos, agradeceu o convite e iniciou a sua apresentação explicando: É uma honra estar aqui, nesta casa, onde se debatem estes assuntos. Faço-me acompanhar de um dos outros membros do Concelho Executivo do ABC, mas também e acima de tudo da Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas da Universidade do Algarve, que está comigo nesta direção. Já vão perceber durante esta apresentação o porquê. Eu vou falar um pouco aqui, porque por vezes ainda existem dúvidas acerca de o que é o Centro Académico do ABC, e o que ele constitui. Portanto, é recente, iniciou-se apenas em Dois mil e dezasseis, não estamos a falar de uma instituição com anos ou décadas, de existência. Foram dois os Ministros, o da Saúde e o da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, que determinaram a sua existência numa portaria, tal como os outros Centros Académicos todos que existem no país, hoje em dia são nove, hoje em dia este passou a ser o sétimo e a seguir apareceram as Beiras. Foi criado e foi constituído desde logo, tendo como objetivo, integrar atividades de investigação, formação e a melhoria dos cuidados de saúde. Tanto hoje, se falou de cuidados de saúde, que eu gosto imenso disso, e que tenha acontecido nesta casa. Mas este Centro Académico, foi criado de forma a poder juntar tudo isto e colocar isto ao serviço das pessoas e da população, melhorando os cuidados de saúde. Relembrar quem era o Reitor naquela altura, António Branco e quem estava no CHA, no Centro Hospitalar do Algarve que muita gente não sabe, passou a ser Centro Hospitalar Universitário, porque temos um Centro Académico e temos uma faculdade de medicina, ligado a ele, senão não seria. É por isso que isto acontece, posteriormente e é uma daquelas coisas que implicou várias mudanças e implica a captação de pessoas para estarem cá e também um Orçamento diferente em termos Hospitalares. Foi constituído, com um Concelho Executivo, conforme estava na Portaria, da qual os outros membros votaram para que eu assumisse a Presidência. Lembro-me bem desta votação, ficou a cinco, um porque, não votei em mim próprio. Não foi nada combinado, mas foi por uma questão simples, era médico no Hospital, dava aulas na faculdade e investigação, ou seja, estava nos três ramos, que tem os membros no Executivo, que são, dos elementos da faculdade. E estou aqui hoje por esta Senhora, que está ali ao fundo, me indicou para isso. Dois elementos pelo Centro Hospitalar e dois elementos, pelo Centro de Investigação. Portanto, tripé de duas Instituições Públicas em que basicamente um Centro de Investigação ligado à área da medicina, uma faculdade de medicina e um centro Hospitalar. Dado que o que se pretende é ter tudo junto, ao serviço da população. Um Concelho Consultivo, onde temos Representantes Governamentais e Representantes Locais, um Representante de escolha do próprio Centro Académico em si e da sua Direção e Representantes de outras Instituições. Começamos a nossa atividade, mas hoje já não somos aquilo. Nós fomos crescendo, estruturando e fomos criando as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

condições, para estarmos a desenvolver as nossas atividades. Temos um concelho Executivo, temos uma associação de apoio, que se chama AD-ABC que é uma associação sem fins lucrativos. Temos o concelho Consultivo e uma área administrativa e cá estão as três áreas que são a área de investigação a área de formação e depois uma outra grande área também, porque nós achamos que era fundamental, não ficarmos dentro das portas da Universidade, dos Centros de Investigação e depois virmos para a rua e virmos para junto da população. Agora rapidamente, temos caras em todos os sítios, não sou só eu, eu sou só a cara pública, desta Instituição. Em todas as áreas nós temos pessoas a dirigir e temos depois diferentes áreas, nomeadamente uma fundamental que é a captação de fundos e a gestão de projetos, que é fundamental hoje em dia, uma Comissão de Ética, a proteção de dados, que hoje em dia é fundamental e depois a área da Investigação, onde criamos logo estruturas de apoio. Criamos um Centro de Investigação, porquê? O Centro de Investigação que nós tínhamos, foi avaliado e teve necessidade de ser remodelado. Criamos o ABC RI, já falo mais à frente sobre ele e as suas atividades, e a parte dos ensaios clínicos que estamos a dar apoio direto também nisto. O ABC RI, foi criado já com o nosso ABC em funcionamento, mas, só indo um pouco atrás, tudo isto só foi possível, dar-mos os passos, tal como demos na pandemia, porque houve um Município que apostou e apoiou os nossos projetos e nossas ideias, para serem implementadas, quer aqui no concelho quer acima de tudo na região do Algarve, no país e até em termos europeus. E já conseguimos em três anos, chegar a tudo isto. O nosso Centro de Investigação baseia-se na Investigação desde a parte molecular, mas está aqui este triangulo que que o centro de investigação na maioria dos países não tem, que é o triangulo de aplicação na população, porque acabam nos ensaios clínicos. E dizem assim, o meu trabalho acabou aqui, agora os outros que executem. Nós não somos isso, a investigação para nós, acaba pondo o que os ensaios clínicos demonstram, ao serviço da população. E ver se mesmo na população fora do ambiente dos ensaios clínicos, corre bem ou não corre bem. Isto continua a ser investigação, mas ao mesmo tempo melhora os cuidados de saúde da população. Já agora, dar-vos uma nota, o nosso foco é o desafio, eu diria, não é apenas da década, mas deste seculo, que é o desafio do envelhecimento. Tem três grandes áreas, a área oncológica, a área das neurociências, demência e afins e uma que, sendo eu e estando eu a presidir o ABC, como é obvio e sendo eu cardiologista, a área cardiovascular teria que estar, mas o motivo não é esse. É porque é a área que mata mais pessoas, quer aqui, no país e em termos europeus. São estas as três áreas que tem o impacto no envelhecimento. São as nossas três grandes áreas aqui. Este centro tinha oito investigadores, acho que já tem nove, e que daqui a pouco tempo irá ter dez. Porque, estamos a conseguir captar pessoas de grande valor que estão lá fora, e temos um grande investigador nacional que está a liderar uma universidade e um centro de investigação na Alemanha, que tem imensas publicações e que vem para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cá trabalhar connosco. E estamos a conseguir captar quer ele, quer outras pessoas de quem temos tido várias manifestações de interesse. Isto há uns tempos atrás era impossível, fazermos isto aqui na região. Para além disto, nós temos aqui este apoio à investigação clínica chave, mas temos também esta área do treino. Aqui nós também começamos e temos estado a fazer treino através do LIFE e começamos aqui no concelho, numa aposta, que é fundamental e já foi ganha. Que é a Desfibrilhação Automática Externa, e do treino das pessoas. Já há vidas salvas, já foi ganho, basta isto. Temos aqui pessoas também nisto, a Isabel Diretora da Faculdade que também tinha que estar obviamente a liderar isto, naturalmente, e temos depois a questão de serviços de saúde. Começamos logo na Fármaco Vigilância que em dois mil e dezasseis, a unidade foi criada e foi a primeira descentralização do fármaco vigilância para fora de Lisboa, Porto e Coimbra e veio para aqui. E depois a seguir, algo que já não está em curso, mas em funcionamento, que é o nosso Laboratório de Genética Molecular. Não havia nenhum do Tejo para baixo, nem havia resposta no país em tempo útil. Vamos dá-la em rede em termos Europeus. Que é algo que temos feito muito que é estar em redes Europeias e vamos dá-la em rede em termos Europeus. Isto vai ser feito aqui no Concelho. Depois temos todas as outras áreas, a área da Literacia e esta do SNS 24. O SNS 24 tem sido a porta de entrada, muita gente aqui não sabe que nós temos mais de duas mil pessoas a trabalhar no SNS 24 do ABC, já são sete Call Centers no país, nomeadamente, Braga, Porto, Gaia, Coimbra, Lisboa, Covilhã, Beja e Faro. E isto tem sido fundamental em termos nacionais. Reparem, uma equipa muito jovem, que nós temos a liderar, a Bibiana, que está connosco e que entrou para o ABC e que foi cotratada por nós para ficar e dar apoio. No COVID, todos sabem o que nós e o que o ABC fez no COVID, e fez porque tinha aquele triangulo já lá, tinha aquele triangulo de ir para a população. Aqui, algumas coisas apenas destacar que tínhamos uma Linha COVID Lares a funcionar, produzimos zaragatoas e fizemos testes, fizemos muita coisa e vamos continuar a fazer. Mas sempre numa resposta com este caris social e de apoio, com o qual contamos, por parte desta Autarquia. A linha COVID Lares, que ainda hoje funciona no estádio Algarve. Ganhamos com isto um prémio, que fui eu e a Isabel, que fomos em representação. Mas isto tudo nasce de uma Aliança Estratégica. Isto estava já tudo na Câmara, e no seu site. Portanto, Inovação, Promoção da qualidade de vida e da saúde nos seus GOP's e Desenvolvimento Sustentado regional e nacional, e assinamos aqui este acordo. Lembro perfeitamente que alguém assinou este acordo comigo e achou se um décimo disto acontecer, eu dou-me por muito satisfeito. Foi isto que disse e que ia na alma do Presidente da Câmara. Este acordo foi feito e nós, dissemos que iríamos apostar logo nisto. Apostar na investigação e na formação, aumentar a diferenciação a competitividade regional de que toda a gente fala, mas depois, pouco se faz para ir alem daqui da nossa zona. Promover a captação de recursos humanos diferenciados, e acima de tudo, apostar nisto ao combate à sazonalidade, mas de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma forma consistente. Descentralizar e com isto reforçar a coesão territorial. Ainda há pouco foi aqui dito que nós pagamos os mesmos impostos que os outros e temos os mesmos direitos que os outros. Só conseguimos isto se nós descentralizarmos. Então vamos fazer isto, de uma forma inovadora. Vou vos falar de quatro coisas, que são quatro exemplos que estão em curso. Projeto ABC Loulé Active Life Health & Research. Nome Inglês, porque é uma aposta na internacionalização desde logo. Eu disse vos isto logo, que não íamos apenas ficar aqui no nosso canto, não podemos. ABC Loulé Health & Research, ABC Loulé Active Life. Depois, Laboratórios do ABC de Apoio à EMA, que é uma das coisas que vem hoje aqui, e outra delas, Observatório Nacional do Envelhecimento em Alte, no interior, toda a gente fala no interior, mas poucos fazem efetivamente coisas no interior, muito menos nacionais. E outra coisa, Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas. Passando isto rapidamente, este projeto ABC Loulé Active Life, está integrado em termos de todos os enquadramentos estratégicos regionais, nacionais, europeus de forma a poder ser e a poder levar à construção das instalações necessárias para isso, para que isto aconteça. Estamos a falar de algo que isto, chegamos a um acordo e muito rapidamente, permitam-me contar aqui, em trinta segundos, como é que isto acontece. Lançamos um desafio, numa altura chave, que sabíamos que estava a ser localizada a Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica a AICIB, que estava a ser criada. E esta Câmara, connosco candidatou-se a localizar a sede aqui, mas a sede já estava destinada politicamente para ser no Porto, então fizemos uma coisa simples, trocamos cromos, ou seja, fizemos aquilo que deve ser feito, negociamos, e negociamos essa sede por estes projetos todos, envolvendo entidades nacionais a descentralizar para cá. Nós dissemos logo, não queremos polos, isto é muito importante, porque os polos ficamos na dependência dos concelhos diretivos deles. Nós queremos a descentralização das competências para nós próprios gerirmos. Claro que é mais arriscado isto do que um polo, mas quem não arrisca, não petisca. Loulé, porquê? E o que é que vai nascer aqui? O edifício que esta em projeto, em fase final do concurso internacional para as especialidades, a arquitetura já está aqui, e que vai ter projetos cá dentro como seja, Um Centro de Investigação de Entomologia Médica, porquê? E o que é isto? De forma simples, doenças transmissíveis pelos mosquitos, aparecem em sítios quentes, no país vão aparecer onde? No Algarve, portanto, onde é que tem que estar este Centro? Aqui. Combinado com o INSA, que ainda hoje falei com o Senhor Presidente do INSA, e que basicamente confirmou, tudo isto que está, portanto, aqui, vai-se localizar aqui. Sistema de Segurança de Medicamentos e Dispositivos Médicos, é fundamental para nós estarmos a acompanhar. O que é que é isto? Os ensaios cínicos acabam numa fase, onde um a população selecionada, mostra ou não que eles são eficazes. Nós queremos acompanhar a utilização na população. O que é que acontece à população geral que depois o usa? Não há nenhum Centro destes no país, isto é fundamental em termos europeus. Outra coisa que vai acontecer aqui, Sistema de



*M. J. ...*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Interações Medicamentosas, o que é que é isto? Foi uma contratação da EMA com o Infarmed, é eu passar a receita e o próprio sistema diz-me assim, este medicamento tem uma interação com este, e invés destes pode usar este para o mesmo efeito, e o médico escolhe. Alguém, lá tem que colocar esta informação e o Infarmed sabe, que nós aqui no Algarve, temos know-how técnico para isto. A Unidade Fármaco Vigilância já está em funcionamento, entrou em dois mil e dezasseis, tal como disse, a Seroteca Nacional, é onde irão ficar amostras de sangue de todos os dadores do país, e é uma das poucas Serotecas em termos europeus que irá estar aqui disponível, o que é fundamental, para quando há tipos raros de sangue, e tipos raros de pessoas a doar, onde é que vamos encontrar, e onde é que tem que ser feito este tipo de investigação. É uma parceria com o Instituto Português do Sangue e Transplantação. Outra das coisas, é o nosso Biobanco, onde vamos armazenar, peças de forma a podermos investigar tumores e outras áreas. Depois disto, Banco Público das Células do Cordão Umbilical, fez parte da troca, ou seja, se a outra sede foi para o Porto, esta veio para cá. Porque este é o banco nacional que está no Hospital do São João e vai passar para aqui. Centro de Cirurgia Experimental, que nós não queremos que os médicos da cirurgia a experimentar diretamente nos doentes. Queremos que eles treinem em modelos, antes de irem experimentar. Primeiro para isso se nós queremos implementar maior qualidade nisto temos que um Centro Experimental e termos modelos cá. Um Centro de Investigação Clínica, porque os ensaios clínicos são fundamentais. Literacia Informática para a saúde também. Mais um projeto que se iniciou aqui no concelho, estivemos nas freguesias todas. Isto hoje em dia na pandemia, foi chave. Porquê? Nós estivemos a ensinar as pessoas, em sua casa no telemóvel marcarem uma consulta ou a pedirem uma receita. Porque isto já lá estava antes da pandemia, mas ninguém estava a utilizar e a utilização aqui no concelho a seguir à formação, subiu logo. Lembro-me de uma vez em que estávamos na Tôr e a Senhora Presidente da Junta, esteve lá connosco. Laboratório de Genética Clínica do ABC, tal como eu disse, não havia nenhum. Os estudos genéticos hoje em dia são fundamentais. Vou vos dar exemplos práticos, quer para o diagnóstico, quer para o tratamento. Por exemplo, as pessoas que tem um cancro, depende da mutação genética que tem e o tipo quimioterapia, ou de terapia biológica que devem fazer e que são mais eficazes. É fundamental e hoje em dia não possível passar sem este tipo de estudos. E como isto, obtivemos já e fomos a jogo e obtivemos financiamento. Financiamento este que veio para equipamentos para aquele edifício no Concelho e que parte dele, é para a construção também do próprio edifício. Estamos a falar de cinco ponto quatro milhões de euros, para este e mais três ponto quatro do PTCRIN, isto são redes nacionais, das quais nós fazemos parte. Fomos a jogo e ganhamos estes dois concursos e verbas para virem para cá. Ao todo oito ponto oito milhões de euros que só este ano nós vamos executar, quatro ponto quatro milhões em compras de equipamentos e vamos por a funcionar desde logo. Alguns já estão,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nomeadamente a parte da genética, que já está a funcionar, em contentores provisórios, até termos estes edifícios. Vilamoura, o que é que isto vai ser? Vai ser o edifício que vai ser o Centro de Apoio ao Envelhecimento Ativo e a Qualidade de Vida. Disse-vos, que queríamos ir para além do que estávamos a fazer. Para isso são necessárias instalações para serem postas ao serviço da população e isto vai ser fundamental para a sustentabilidade. Como é que isto funciona? Os turistas vêm, e nós obviamente aos turistas cobramos. O lucro que vem dos turistas, aplicamos à população. Porque, temos as pessoas lá, temos lá os experts, e assim aproveitamos tudo isto, e conseguimos fazer à população e dar um tipo e um nível de serviços, que de outra forma não conseguimos. Um "Meeting Centers", porque nós não conseguimos ter, tudo isto e ter estas coisas a acontecer e não ter um sítio onde pudéssemos estar a reunir e dar a nossa formação, mas também fizemos um estudo e não queremos competir com quem tem meeting centers. Quem é que tem? Grandes hotéis, que têm grandes meeting centers como o de Vilamoura, que são para reuniões acima de mil pessoas. E depois existem outros hotéis que têm salas até duzentas a duzentas e cinquenta pessoas. Faltava o quê? O que nós vamos aqui fazer, salas até quinhentas pessoas. Que é o que apanha os Congressos Nacionais de média capacidade, e que estavam todos a ficar fora daqui, porque, não tínhamos também instalações para isto, porque os outros são muito caros, as grandes salas e os outros não tinham capacidade. Conseguimos também convencer o Instituto Português do Sangue e Transplantação, como temos um Meeting Center também lá e as outras condições todas para eles, a fazer aqui o único centro de treino para todos os técnicos do país, que vão estar envolvidos na transplantação de órgãos. Todos eles vêm cá fazer a formação. Virão fazer aqui a formação no Algarve. Vai ocupar muitos hotéis em época baixa, e vai fazer com que haja muita gente a circular dos projetos de Vilamoura e dos outros, exatamente a mesma coisa. Sede do Projeto Life, que é a desfibrilhação. Centro de Cuidados de Saúde Certificados, isto é o quê? Quando eu chego a um país, quero saber, caso me aconteça alguma coisa, onde é que me devo dirigir. Preciso de uma entidade credível e independente como nós somos, podemos dizer, pode ir aqui ou ali que tem serviços de saúde reconhecidos. Laboratório de Apoio à EMA, este não estava nos planos, *(Impercetível devido a falha de som)* ...que eu vos digo que, é um segredo de investigação, que está e os nossos investigadores estão também filiados na Fundação Champalimaud. É o único Centro que a Fundação Champalimaud, *(Impercetível devido a falha de som)* Que eu vos mostrei há pouco e que pretende aplicar... e com este Centro de Investigação, decidimos ir a jogo em termos Europeus da Agência Europeia do Medicamento da EMA. Nós fomos a jogo com quatrocentos Centros de Investigação em termos Europeus, incluindo alguns do Canada e Estados Unidos, Este foi o nosso Ranking, primelro. Primeiro lugar em termos mundiais neste concurso. Isto é aqui no Algarve, nunca tinha sequer um Centro Nacional passado à última fase. Estas são as instalações onde estão a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

decorrer alguns ensaios e onde já não vão decorrer ensaios porque nós já temos uma alternativa porque não temos espaço para isso, e então, foi necessário arranjar mais espaço, porque para estarmos a fazer este tipo de serviço para a EMA, vai ser necessário expandir laboratórios. Porquê? Aquilo implicou logo assinar um contrato com a EMA de duração de cinco anos, onde iremos fazer, testes a fármacos. Basicamente, nós vamos ver se os medicamentos apresentam algum problema de toxicidade, e/ou falta de eficácia. E que basicamente temos que ter mais equipamentos laboratoriais por aqueles não chegam. Já temos um contrato de cinco anos assinado com a EMA de pelo menos três milhões de euros, reparem, pelo menos é o que diz o contrato. Três milhões de euros foi isso que implicou aquele ranking, e em que basicamente, é conseguido por uma coisa, nós não somos o topo da tecnologia em termos Europeus. Temos a Isabel fez parte dessa equipa, temos dos melhores cérebros de investigadores e estão a trabalhar em conjunto, em equipa, cada um faz uma coisa. E não são só do ABC-RI, são outros da Universidade também, da FCT, das outras áreas, que todos juntos fomos a jogo a este concurso da EMA. Eram necessárias as instalações, e uma das coisas que está a ser aqui discutido, não sei se é este ponto, é a cedência de uns armazéns, que o ABC vai a seguir investir, eu estimo cerca de setecentos mil euros de forma a torná-los e a terem condições para termos laboratórios como aqueles que viram nas imagens, portanto, o cemitério está aqui e isto é em frente do outro lado da rua. Do cemitério de Loulé, portanto eram uns armazéns, que estão aqui e nós vamos intervencionar aqueles armazéns mais um sítio aqui para pôr moscas e peixes. Porquê? Porque os ensaios são na fase pré-clínica, e não se pode usar animais vertebrados, só podemos usar peixes, moscas ou embriões de galinha. Temos um nível até onde nós vamos neste tipo de testes. Ok, este é um deles, outra coisa que eu vos trago aqui hoje, é um ponto de situação disto e outra coisa que estamos a fazer no Concelho, as obras começam amanhã em Alte. São obras pequenas, porque o edifício está muito bom, que nos foi cedido para este efeito, que é, basicamente conseguimos ter cá no Algarve, o Observatório Nacional do Envelhecimento. Vai ser apenas o observatório, mais importante no país nos próximos anos. Não tenho dúvida nenhuma, vai ver coisas da área de saúde, do setor social, trabalho, económico e habitação. Porque, tudo isso tem impacto na forma como as pessoas envelhecem. Vamos criar com isto, postos de trabalho aqui e vamos influenciar as políticas públicas nacionais na área do envelhecimento a partir daqui. Vão ser inauguradas as instalações ainda este mês, dia vinte e um em princípio, se nada correr mal, e estes são os nossos parceiros todos, que estão nisto aqui, muitos deles em termos nacionais. A sua localização, Alte, no interior tal como nós dissemos a aposta no interior. Ainda por cima Alte, que quer dizer velho em Alemão, foi algo que só fiquei a saber quando apresentamos o Observatório. Temos o planeamento feito e estamos a cumpri-lo. Depois, Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas, com anuência do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Diretora da Faculdade, eu falo-vos aqui de uma coisa que passou despercebida. Há muita gente, neste dia em que fomos visitar o terreno, onde vai ficar o edifício, que se vai chamar Edifício Mariano Gago, que é aquele grande edifício de investigação. Como se pode ver, ali está o Senhor Presidente da Câmara, o Diretor da UALG, eu e o Senhor Ministro, a Isabel também estava presente, mas não aparece aqui na foto. O que estávamos a combinar aqui, era a localização da Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas do Algarve, junto às outras instalações em Loulé. Isto vai ser uma realidade, vai mudar completamente a vida aqui. E isto encaixa tudo num puzzle de inovação e conhecimento e uma grande aposta feita, e que trago aqui hoje. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradecendo, tomando a palavra colocou-a à disposição dos Deputado para colocarem alguma questão importante ou fundamental, ou para obterem algum esclarecimento adicional, tendo em conta o tempo disponível. O Presidente passou a palavra à Deputada Cláudia Mendes, do PSD -----

A Deputada **Cláudia Mendes** do PSD, tomando a palavra, saudando todos, questionou o Dr. Nuno Marques: Apenas um esclarecimento, pois fiquei sem perceber. Então qualquer pessoa que seja, por exemplo, dador de sangue ou medula, ao invés de se dirigir a um dos hospitais, pode se dirigir ao vosso instituto, digamos assim para doar ou não? -----

O **Dr. Nuno Marques**, tomando a palavra, respondeu: Não. Nós não vamos fazer colheitas, naquele local. O que está previsto é termos um armazenamento de Seroteca. Digo já que estamos a estudar é outra coisa, e as instalações já preveem isso. Que é a possibilidade de o plasma, que é colhido nas doações de sangue quer no Hospital, quer nos outros pontos aqui do Algarve, invés de ir para fora, onde é a seguir trabalhado e depois volta. Será trabalhado cá e seremos nós a fazer o processamento de forma acordada com o Instituto do Sangue e Transplantação e eles estão de com isso, e as nossas instalações e técnicos tem capacidade para isso, não é algo muito complexo. Isto já é uma grande inovação -----

O **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra à Deputada Maria Helena Baião -----

A Deputada **Maria Helena Baião** do BE, tomando a palavra, disse: Gostaria de deixar a seguinte sugestão, se depois é possível disponibilizar esta apresentação, para nós vermos em mais detalhe. Através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que poderá enviar por email. A vossa Associação visto que já foi constituída há algum tempo, já tem site? -----

O **Dr. Nuno Marques**, tomando a palavra, respondeu: Sim, temos site do ABC, esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

no site do Centro Académico, se não me engano [www.abcmedicalg.pt](http://www.abcmedicalg.pt) -----

O **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao Deputado Marco Ferreira, do PS -----

O Deputado Marco Ferreira, do PS, tomando a palavra, disse: Penso que foi uma apresentação muito clara de um grande projeto, que vai colocar o Algarve e Loulé especialmente, ainda mais em destaque, e penso que esta é uma iniciativa extremamente importante, e que deve ser bem apreciada. Só duas questões rápidas, a primeira tem a ver com a Faculdade de Ciências Biomédicas e o novo edifício para Loulé, qual será a perspetiva dos meus colegas presentes, relativamente à capacidade formativa prevista em relação à atual em termos de formação médica naturalmente. E também depois, relativamente à possibilidade de também haver formação, avançada em áreas específicas, nomeadamente para algumas especialidades médicas e a questão naturalmente de que modo poderá o novo Centro Hospitalar do Algarve, reforçar, e catapultar este projeto. Porque de facto sem um grande Centro Hospitalar público, e evidente que haverá aqui amplitude que nós desejamos.

O **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao Dr. Nuno Marques. -----

O **Dr. Nuno Marques**, tomando a palavra, respondeu: Eu respondia se me fosse permitido à segunda parte da questão, e pedia à Diretora da Faculdade a Dra. Isabel para que possa dizer as ofertas formativas todas da faculdade e que estão em grande expansão. Relativamente à última parte da questão, em relação ao Centro Hospitalar Público, e à sua importância. Ele é um dos tripés. Ou seja, o Centro Académico ABC, depende do bom funcionamento das três áreas, para ter e conseguir atingir os seus objetivos de melhorar os cuidados de saúde na região. Ou seja, é fundamental, respondendo de forma clara, a existência de um Hospital que esteja vocacionado para o seu caris universitário e que use isto para captar e para poder fixar profissionais. Este Hospital tem um Centro Académico ativo, que tem apoiado e que vai continuar sempre a dar apoio, e que esperamos nós, que venha a ter benefícios disso tal com já hoje em dia tira. Mas mais ainda no futuro, porque todos nós sabemos também, que há muito a fazer na área da saúde aqui no Algarve. Não vale a pena ninguém esconder isso, porque, se há algo já feito ainda há muito trabalho a ser feito. Passo agora para responder à primeira parte da questão à Diretora da Faculdade e Ciências Biomédicas da Universidade do Algarve a Dra. Isabel Palmeirim. -----

A Diretora **Isabel Palmeirim**, Agradeceu saudando todos, e respondeu: Em primeiro lugar, no que diz respeito ao numero de futuros médicos, que nós pretendemos formar, portanto o curso abriu em dois mil e nove com a entrada de trinta e dois alunos, que foi mantido durante quatro anos. Ao fim de quatro anos aumentamos para o quarenta e oito e o ano passado consideramos estar capazes, para passar a aceitar o desafio do Algarve, nomeadamente, os Municípios de realmente, aumentarmos o nosso número para o dobro. Portanto o previsto é que em dois mil vinte e cinco tenhamos noventa e seis alunos a entrar por ano. Que é o dobro daquilo que tínhamos o ano passado, quando fizemos este contrato,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

programa no qual os Municípios, portanto entraram. E o contratado foi que duplicaríamos o número de alunos. Este ano temos já uma entrada de setenta e dois, portanto estamos a fazer subida. Já fizemos duas subidas desde o contrato, faremos mais uma e aquilo que nos impede é que nos faça arrastar um pouco depois a subida para os noventa e seis é espaço. Realmente as instalações em que estamos neste momento, é complicado aumentar muito mais que isto. No que diz respeito à oferta formativa, aposta da criação do curso, tinha como objetivo, melhor a qualidade de saúde da região algarvia, nomeadamente, conseguindo atrair profissionais de saúde para a região e atrair de forma a cimentá-los aqui, não ser uma coisa pontual, que eles vinham cá e que é o que tradicionalmente acontece. Para conseguirmos atrair, é necessário fazer isto tudo como temos estado a fazer com o ABC. Ou seja, é colocar o Algarve no mapa da saúde em Portugal. Portanto, é necessário que o Algarve tenha estruturas de importância e representação a nível nacional. E até para a saúde do algarvio não depender de que a coisa só funciona bem em Lisboa. Não tem que funcionar, aqui, um pouco aquilo que tentamos fazer com a resposta do COVID. Foi tentar mostrar que nós eramos capazes de responder, sem precisar que existissem apoios das outras estruturas. -----

O **Presidente da Assembleia** interferiu, pedindo desculpa e considerando a hora limite para a realização da Assembleia, propôs às Bancadas A possibilidade de acrescentar mais um quarto de hora à Assembleia. -----

**Passou-se à votação;** -----

**Proposta** de acrescentar mais um quarto de hora à Assembleia, apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal foi **Aprovada**, por unanimidade. -----

A Diretora **Isabel Palmeirim**, agradecendo continuou: A resposta da Pós-graduação, é agora a nossa grande aposta, e que já começamos. Nomeadamente, com a montagem de uma Centro de Simulação Clínica, no quarto piso da nossa faculdade. Que é um Centro de Simulação Clínica, só com simuladores humanos, ou seja, bonecos que são computadores obviamente, mas que simulam o corpo humano. Há simuladores de alta fidelidade, baixa fidelidade, enfim. Mas onde se pode aprender muito e treinar antes de ir para o humano. Neste momento, o Centro foi nos entregue no final do ano passado, estão a chegar os simuladores todos e, portanto, nós vamos começar em força com a Pós-graduação. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu, e deu a palavra à Deputada Ana Poeta do PAN. -  
-----

A Deputada **Ana Poeta**, do PAN, agradecendo saudou todos e disse: Não é a primeira vez que assisto à apresentação do Projeto, mas é que fiquei com uma dúvida quando falou em embriões de galinhas. Vão fazer testes em animais? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Dr. Nuno Marques**, tomando a palavra respondeu: Na investigação em todo o mundo fazem-se testes de três formas. Há uma forma que são testes, em seres humanos que nós deixar-mos os medicamentos chegarem aos humanos antes de serem testados nos animais, e outra é testar nos animais. A EMA, muito bem, faz testes, e este tipo de testes estar a ser feita aos animais até animais vertebrados, ou seja, animais invertebrados. Não inclui animais vertebrados nenhuns. Inclui outros animais, quer connosco quer com todos os outros Centro de Investigação do país porque em termos científicos, só conseguimos testar toxicidades de produtos que vão ser a seguir usados nos humanos, ou nos próprios humanos logo diretamente ou usamos modelos animais para esse efeito. -----

O **Presidente da Assembleia** tomando a palavra agradeceu, e passou a à Diretora Isabel Palmeirim. -----

A Diretora **Isabel Palmeirim**, pedindo desculpa tomou a palavra e interveio dizendo: Para que fique claro, todos os testes feitos em galinhas, que é o maior animal desta solução que vamos usar, não são feitos verdadeiramente na galinha. Portanto, são feitos no ovo, inicia-se o incubar do ovo e ao crescer forma-se um tipo de placenta. E é essa placenta que tem os vasos sanguíneos, que no fundo é utilizado para receber células tumorais na qual se testam depois os medicamentos. Portanto não é testado na galinha. -----

O **Presidente da Assembleia** tomando a palavra e dirigindo-se ao Dr. Nuno Marques e Dra. Isabel Palmeirim, disse: O nosso agradecimento pela vossa participação e os vossos esclarecimentos. Não se sintam obrigados a assistir até ao fim, mas de qualquer forma estão convidados. Eu há uma questão disto que envolve o ABC, que eu faço sempre questão de sublinhar, que enquanto falamos do ABC estamos a falar de um consorcio de Entidades Públicas. Estamos a falar do CHUA Centro Hospitalar Universitário do Algarve e da Universidade do Algarve e do Curso de Medicina. Portanto estamos a falar exclusivamente de Entidades Públicas e quando utilizamos nomes estrangeiros tem a ver com a opção desde o início da Internacionalização deste Projeto e não se pode trabalhar em contexto internacional só com nomes portugueses como devem imaginar. Portanto, estas duas coisas são sempre as primeiras embirrações com o ABC: tem um nome estrangeiro e depois o não ser claro, que aquilo não havia ali um consorcio. Quando ouço falar em consorcio fico logo na dúvida porque parece que não se percebe o que esta ali por trás. Portanto isto é clarinho, são entidades públicas, não tem fins lucrativos e os lucros são todos investidos na própria investigação e no próprio projeto de saúde. Portanto, muito obrigado pelo vosso esclarecimento. -----

O **Presidente da Assembleia**, passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Presidente da Câmara**, agradecendo, tomou a palavra e disse: Queria salientar, duas intervenções brilhantes, que espero que tenham sido esclarecedoras para os Senhores Deputados. Este é um projeto, que nos deve envolver a todos, porque é de facto, uma iniciativa disruptiva, para aqueles que tem sido os padrões convencionais de desenvolvimento da nossa região. E, portanto, eu peço aos Senhores Deputados naturalmente a vossa aprovação para uma proposta tão boa e com tanto futuro, não só para o Concelho de Loulé, neste caso para Loulé, Quarteira e Vilamoura, mas para toda a região e para o país, não tenho dúvidas disso. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu e passou a palavra ao deputado Márcio Fernandes. -----

O Deputado **Márcio Fernandes** do PS interveio e disse: O facto de trabalhar numa das Empresas do consórcio me impede de votar, pelo que irei sair da sala durante a votação -----

O **Presidente da Assembleia** agradecendo, tomou a palavra e disse: Coloco a votação a **Proposta 438-2022 (DMAPMA)** proposta de acordo de execução entre Município de Loulé e Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve. -----

**Passou-se à votação;** -----

**A Proposta 438-2022 (DMAPMA) foi Aprovada, por unanimidade.** -----

O **Presidente da Assembleia** continuou: A segunda proposta relativa a esta matéria, é a **Proposta 452-2022 (DMAPMA)** proposta de acordo de cedência de imóvel entre o Município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve. Relativa ao edifício que vimos na rua do cemitério relacionado com a EMA. Portanto Alínea c) da Ordem de Trabalhos. O Presidente foi interrompido pela Deputada Maria Helena Baião do BE que pediu a palavra. O Presidente da Assembleia passou-lhe a palavra. -----

A Deputada **Maria Helena Baião** do BE, agradecendo tomou a palavra e disse: Em relação a este edifício, gostaria de dar uma sugestão à Câmara Municipal, como nem todas as pessoas são de Loulé e não sabem onde as coisas se localizam, talvez fosse bom georreferenciar com a referencia GPS, nas Propostas, para que cada pessoa possa verificar onde é que são localizadas. -----

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

-----  
O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e respondeu: Edifícios de utilização pública claramente que sim, no caso de um laboratório, a localização não é para ser cedida assim ao público em geral.-----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, interveio e disse: Senhor Presidente, a Deputada estava a sugerir, que a georreferenciação seja feita na documentação que vem para a Assembleia. -----

-----  
O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e respondeu: Sim, sim, peço desculpa, que eu pensei que estivesse a falar da referenciação a nível da sinalética rodoviária. Ok, tudo bem, peço desculpa que não percebi a questão. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, retomando a palavra continuou: Passamos à votação da **Proposta 452-2022 (DMAPMA)** proposta de acordo de cedência de imóvel entre o Município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve. -----

-----  
**Passou-se à votação;** -----

-----  
**Proposta 452-2022 (DMAPMA) foi aprovada por maioria**, com 34 votos a favor e 1 abstenção (PAN). -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, continuou: Temos duas propostas para analisar, alínea d)- **Proposta da Câmara Municipal n.º 362-2022-** Informação relativa à Renovação do estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira Nascente), o Executivo ... (*Imperceptível devido a falha de som*) ... portanto, opõem-se à mudança da ordem que este assunto seja analisado primeiro? Alguém se opõe? Alguém se abstém? Passamos então à **Proposta da Câmara Municipal n.º 474-2022 (DDSS)** Deliberação relativa à Não Aceitação da Transferência das Competências no Âmbito da Ação Social, para o Ano de 2022. Passou a palavra ao Presidente da Câmara ----

-----  
O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, Senhores Deputados, a proposta é curta e é muito clara, de modo que em muito poucas palavras repetir aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia já disse. É que, só muito recentemente, é que a Administração Central definiu o quadro de financiamento para as Autarquias, foi apenas um resumo do ano que passou, visto que estávamos em plena época de eleições, não houve formação para os nossos técnicos, e tem que haver formação. Porque uma das competências, talvez a mais complexa de todas, que iremos receber no campo da ação social é exatamente toda a temática de inquéritos, entrevistas, relativamente à atribuição do rendimento social



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de inserção, o RSI. Portanto, é uma competência como outras, mas, essa particularmente é uma matéria que necessita de preparação e formação que até hoje não foi facultada aos nossos técnicos municipais. Uma coisa que, aproveito para esclarecer é que a Câmara, entretanto, teve já o cuidado de adquirir instalações no centro da cidade, que irão ser exclusivamente afetadas a essa função, a essa nova delegação de competências no campo das políticas sociais. Portanto, basicamente é isto, está tudo escrito na proposta. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra, perguntou se algum Deputado queira usar da palavra relativamente a esta matéria. Passou a palavra à Deputada Maria Helena Baião, -----

A Deputada **Maria Helena Baião** do BE, agradecendo tomou a palavra e disse: Com o devido respeito, há pouco o Bloco de Esquerda, opôs-se a que esta proposta específica, entrasse na Ordem de Trabalhos, precisamente, porque gostaríamos de ter tido um período mais alargado para a apreciar. Achamos, um pouco lamentável que, entrem assim, propostas tão importantes, decisões tão importantes e que não permitam, nem discussão nem escrutínio dos Deputados. Portanto, não queríamos deixar este ponto ser votado sem tecer esta consideração. Penso que uma votação neste momento por qualquer Bancada, é uma votação imperiosa, porque está a ser invocado um prazo, mas há um certo desconforto do Bloco de Esquerda, em votar estas coisas assim por atacado. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra, chamou a atenção para a hora e passou a palavra ao Presidente da Câmara, -----

O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e referiu: Eu gostava de referir a observação feita pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, queria perguntar aos Senhor Presidente da Assembleia, para quando é que pretende convocar nova Assembleia Municipal? Nós temos aqui a questão das Medidas Preventivas para ... (*Impercetível devido a falha de som*) ... e tenho também um prazo que tem que ser publicado em Diário da República. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra, respondeu: É assim, votada a proposta que está a discussão, relativamente à não aceitação das transferências, fica exatamente como falei, Queria perguntar aos Senhores Deputados se pelo menos esta, ... (*Impercetível devido a falha de som*) ... A minha ideia é propor aos Senhores Deputados, esta continuar amanhã para que não se perca os prazos que estão acordados isso será o suficiente para o Executivo? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e respondeu: Sim, passando para amanhã, sim é suficiente para nós. -----

O **Presidente da Assembleia**, tomando a palavra, definiu: Então nesse caso, mesmo esta das transferências de competências, eu não votaria agora, se o Senhores Deputados concordarem que esta sessão passe para amanhã. -----

O **Presidente da Câmara** interveio pedindo a palavra e disse: Deixe-me fazer uma consulta, relativamente a esta proposta da não aceitação das competências, consultou com o Executivo e respondeu. Senhor Presidente pode ser, e eu então amanhã explico, com mais detalhe à Senhora Deputada Maria Helena Baião. -----

O **Presidente da Assembleia**, retomando a palavra, disse: Senhores Deputados, então passaria a colocar à consideração da Assembleia, a continuação desta Assembleia em Sessão, amanhã às vinte e uma horas. Falta-nos avaliar nesse caso a questão, da não aceitação das competências, a renovação das Medidas Preventivas Quarteira-Nascente e tomar conhecimento das Declarações sobre recebimentos e pagamentos em atraso e a avaliação do cumprimento do Regime Jurídico. Quem se opõe, a que esta Sessão continue amanhã pelas vinte e uma horas, levante o braço. Quem se abstém? Tendo sido **Aprovado** por unanimidade, muito obrigado senhores Deputados até amanhã. -----

Em seguida deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** \_\_\_\_\_

A **1ª SECRETÁRIA** \_\_\_\_\_

O **2º SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

*Silva Araújo*

*Joana Conceição*

*Fernanda Bêrtero Marques*

MOÇÃO

19/13/2022

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

APELA AO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA

A guerra é uma causa evitável de sofrimento, de morte e de doenças ao longo da vida, a guerra viola os direitos humanos e leva à opressão.

A ofensiva militar em curso, iniciada pela Federação Russa, na madrugada do passado dia de 24 de fevereiro sobre o Estado Ucrainiano, constitui sob qualquer ponto de vista e de análise uma invasão ilegal, uma agressão intolerável à integridade territorial de um Estado Soberano, uma ameaça direta à democracia, à paz e à segurança na Europa e no mundo, uma grosseira violação do direito internacional.

Após a queda do muro de Berlim no final de 1989, assistiu-se à unificação da Alemanha, à desintegração do bloco de nações socialistas da Europa central e de leste, ao desmembramento da União Soviética e ao fim da “guerra fria”.

Agora, vemos um Estado invadir outro, o que de facto nos deve levar a perguntar, como escreve Boaventura Sousa Santos: “Como chegamos aqui?”

Aqui chegados, cumpre afirmar e reafirmar a resolução diplomática dos conflitos, a defesa das fronteiras internacionalmente reconhecidas, o direito dos povos, todos os povos, à autodeterminação, ao desenvolvimento, à justiça e à paz.

As bancadas de todos os Grupos Municipais na Assembleia Municipal de Loulé, manifestam, portanto, o seu veemente e inequívoco apoio ao povo ucraniano, na sua luta pela sobrevivência/independência do seu território e manifesta a sua total solidariedade com os cerca de 984 cidadãos ucranianos residentes no Concelho de Loulé, dos quais, cerca de 100, crianças e jovens, frequentam os Agrupamentos de Escolas e a Escola não agrupada, do nosso concelho e a todas as pessoas que sofrem com esta guerra e louva as medidas tomadas pelo Governo de Portugal, em matéria acolhimento e de proteção aos cidadãos ucranianos, designadamente o determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, bem com as medidas, que nesta linha está a tomar a Câmara Municipal de Loulé, em articulação com as várias instituições da sociedade civil de Loulé.

Uma palavra de solidariedade também para todo o povo russo, também ele vítima desta guerra a que é alheio, bem como aos cidadãos russos que vivem e trabalham no nosso País e no nosso Concelho, que não devem, sob qualquer pretexto, ser objeto de

discriminação por atos de guerra de que só devem ser responsabilizados os dirigentes do seu país.

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida no dia 9 de março de 2022 delibera:

- Que seja guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas de todos os conflitos armados.
- Apelar à urgente desescalada do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;
- Sublinhar a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.
- Instar a que, em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.

Os Grupo Municipais da Assembleia Municipal de Loulé exortam os Deputados Municipais e o Executivo da Câmara Municipal de Loulé a fazerem um apelo à Federação Russa para PARAR esta guerra e retornar às negociações diplomáticas e propõe que seja guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas de todos os conflitos armados.

Da presente Moção deve ser dado conhecimento a:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Embaixada da Ucrânia em Portugal
- Alto Comissariado para as Migrações

Loulé, 9 de março de 2022

Os Grupo Municipais da Assembleia Municipal de Loulé



**PS**



**LOULÉ**  
BLOCO DE ESQUERDA

*cy*  
**Assembleia Municipal de Loulé**

N.º Entrada 23/2002

10 | 03 | 2022

## Moção

### 8 de março - Dia Internacional das Mulheres

“Os dias internacionais são ocasiões para educar o público em geral sobre questões de interesse, mobilizar vontade política e recursos para abordar problemas globais e celebrar e reforçar as conquistas da humanidade”. Organização das Nações Unidas (ONU).

O dia 8 de março, que a ONU consagrou em 1975, é um desses dias, um dia que tem uma história de luta por direitos, por cidadania, por condições sociais e laborais dignas, lutas levadas a cabo pelas mulheres, sobretudo a partir do final do século XIX, na sequência da revolução industrial, sendo que é em 1910 que, na II Conferência de Mulheres Socialistas, Copenhaga, Dinamarca, que Clara Zetkin propôs um dia internacional de celebração os direitos das mulheres, das sua lutas e pelo sufrágio universal. O dia é aprovado sem definição de data. Em 1917, em Petrogrado, atual São Petersburgo, cerca de 90 000 mulheres manifestam-se no protesto “Pão e Paz” contra o Czar Nicolau II, contra a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial, contra a fome. O protesto ocorreu em 23 de fevereiro no calendário juliano, 8 de março no calendário gregoriano.

Este ano sob o lema “Igualdade de Género hoje por uma amanhã sustentável” as mulheres e as alterações climáticas” a ONU reconhece o contributo das mulheres e das raparigas em todo o mundo no combate à crise climática, a sua liderança nas tarefas de adaptação às mudanças climáticas, à sua mitigação, e resposta, para construir um futuro mais sustentável.

O avanço da igualdade de género no contexto da crise climática e a redução do risco de desastres é um dos maiores desafios globais do século XXI. As questões relacionadas com o clima e com a sua sustentabilidade tiveram e continuarão a ter impactos severos e duradouros no nosso meio ambiente e no desenvolvimento económico e social.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo das desigualdades salariais e de pensões, pela representatividade percentual nos



**PS**



**LOULÉ**  
BLOCO DE ESQUERDA

*[Handwritten signature]*  
11.05

cargos de decisão, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de Mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e guerras no mundo, gerando milhares de refugiados, em todo o mundo, e mais recentemente se pode ver em consequência da invasão militar da Rússia na Ucrânia.

Os dados da ONU são esmagadores:

- 70% das 1,3 mil milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza são mulheres. Nas áreas urbanas, 40% das famílias mais pobres são famílias monoparentais femininas;
- As mulheres são predominantes na produção mundial de alimentos (entre 50 e 80%), mas possuem menos de 10% da terra;
- 80% dos deslocados por desastres e alterações climáticas em todo o mundo são mulheres.

A desigualdade que existe no mundo do trabalho em Portugal entre homens e mulheres, desde os escalões salariais mais baixos até aos mais elevados da administração pública ao sector privado passando pelas pensões e reformas.

A reposição do horário de trabalho nas 35h na Administração pública ainda não completo, nomeadamente da saúde, assim como, ao sector privado, o aumento do salário mínimo nacional, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos e a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. Mas é um caminho de avanços que importa consolidar

A Europa é confrontada com uma nova Guerra, agora não nos “longínquos teatros de guerra” do Afeganistão, da Síria, do Iémen, do Congo, da República Centro-Africana ou da Palestina, não, é na Ucrânia, território europeu, assolado há vários anos por conflitos entre ucranianos e agora submetido a uma agressão estrangeira, perpetrada por um país vizinho, a Rússia.

Agora o impensável aconteceu, desde o dia 24 de fevereiro de 2022, mais de 1,5 milhões de ucranianos fugiram da guerra e da invasão russa, na sua esmagadora



**PS**



**LOULÉ**  
BLOCO DE ESQUERDA

*ay*

maioria mulheres, crianças e idosos, que vieram somar-se ao mais de 80 milhões de pessoas, que em todo o mundo foram forçadas a sair de casa devido a conflitos e a perseguições. Não podemos esquecer que as mulheres e as raparigas são as vítimas mais vulneráveis nos movimentos de refugiados, vítimas de exploração, de tráfico, de todo o tipo de abusos e de discriminação.

Agora, nas fronteiras da Ucrânia assumem a responsabilidade pela sua segurança e pelos cuidados aos seus filhos, aos seus pais, assumem ainda, a responsabilidade de “lidar” com explicações difíceis da separação das famílias.

E neste contexto, que a Assembleia Municipal de Loulé apela a todos os cidadãos e em particular às gerações mais novas para se empenharem nas tomadas de decisões relacionadas com as mudanças climáticas, com o desenvolvimento sustentável, com a igualdade de género, com a paz. Sem o empenhamento de hoje, um futuro mais sustentável e equitativo estará fora do nosso alcance, será uma quimera.

Finalmente, um apelo à Paz e um Não à Guerra.

Pelos Grupos Municipais do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda

Loulé, 9 de março de 2022

